



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 21 – nº 85 – Novembro 2011

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## Os desafios da Migração Feminina

<b>ITALIANO</b> .....	3
Le immigrate leggono più delle italiane. Una media di cinque libri all'anno .....	3
Quasi 100 mila imprenditrici straniere: sono per lo più giovani, il 70% nel terziario .....	4
Le immigrate invisibili che tengono insieme l'Italia.....	4
Dati choc: aborto, contraccezione più usata fra le donne immigrate.....	6
Matrimoni, misti, battuta d'arresto: il dato dal Rapporto Istat sulle nozze in Italia .....	6
Le donne immigrate sono più svantaggiate .....	7
<b>PORTUGUÊS</b> .....	8
Mulheres rurais, entre êxito e exploração .....	8
Latinas buscam vaga de doméstica no país .....	10
Ameaça de deportação cria dilema para vítimas de violência doméstica nos EUA .....	11
Chega de preconceito .....	12
Mulheres contribuem cada vez mais para “fuga de cérebros” na África, diz estudo .....	13
Mulheres andinas na Espanha: entre o desejo de prosperar e o sonho do retorno .....	14
<b>ENGLISH</b> .....	16
Talk throws light on challenges facing refugee women in Canada .....	16
Passport, visa, virginity? A mother's tale of immigration in the 1970s.....	16
Immigrants in isolation .....	18
Famine refugees face increased violence, aid groups say .....	19
A Victory for Domestic Workers.....	20
The Word on Women - Women Seeking Refuge In Africa – Highlighting The Challenges And Finding Solutions .....	22
<b>ESPAÑOL</b> .....	24
Con velo islámico no hay trabajo. La bolsa de trabajo para musulmanes debería remediarlo..	24
Ayuda a las mujeres del Centro de Misericordia de Mott Haven .....	25
“Nos dicen ‘estas bolivianas son animales’” .....	26
La ruta de las que serán violadas .....	28
Un tercio de mujeres explotadas sexualmente son inmigrantes sin papeles .....	30
Trafican al año hasta 2 millones de mujeres.....	31

## EDITORIAL

O fenômeno migratório é fundamentalmente de caráter interdisciplinar, uma vez que permite interpretações de variadas ordens: demográfica, econômica, política, psicológica, cultural e/ou sociológica. No contexto das migrações, uma vertente que vem chamando a atenção dos estudiosos e demais interessados na temática da mobilidade humana e áreas afins é a questão de gênero.

De acordo com dados do Censo 2010, o IBGE aponta cifras de que 53,8% dos emigrantes brasileiros são mulheres. Nesse sentido, a intensificação da participação das mulheres nos fluxos migratórios é algo que chama a atenção quantitativamente. Por outro lado, os aspectos qualitativos dessa modalidade de migração se tornam ainda mais significativos, uma vez que sugerem implicações sociais das mais diversificadas, dentro de um sentido mais amplo.

Ao olhar as migrações a partir do prisma de gênero, o que para alguns autores é contemplado na categoria de *“feminização das migrações”*, percebe-se um leque complexo e intenso de possibilidades, desdobramentos e desafios, tanto no âmbito teórico quanto na prática, no que se refere, especialmente, às políticas públicas voltadas para esta parcela da população em mobilidade.

As motivações que explicam o trânsito de mulheres estão comumente atreladas às questões de fundo econômico e àquelas relacionadas à família e, não raro, ao desejo de ‘independência’.

No primeiro caso, atribui-se à migração um caráter utilitário em busca de mobilidade social, seja no âmbito individual ou familiar, no qual, através da experiência migratória é possível acumular recursos para se obter uma “vida melhor”, tanto no país de destino como no país de origem. Dessa forma, as mulheres percebem na migração uma estratégia para dar melhores condições de vida para os filhos e demais membros da família, sendo que, neste âmbito, as remessas assumem um papel fundamental. Além disso, inserem-se nesse contexto os casos em que a migração é realizada com o objetivo de alcançar a reunificação familiar,

No segundo caso, a perspectiva de gênero envolve de forma significativa a questão do *“empoderamento”* das mulheres migrantes, uma vez que, através da experiência migratória, é possível alcançar autonomia e independência financeira e afetiva.

Em contrapartida, é comum percebermos casos em que a migração reforça a situação de vulnerabilidade das mulheres migrantes, uma vez que, o não domínio de uma língua estrangeira e a falta de documentação regular, intensifica este estado de vulnerabilidade, tornando-as desamparadas pela legislação local, o que gera uma sensação de insegurança e medo de deportação.

Alguns destes aspectos podem ser percebidos de diversas formas nos artigos desta Resenha. Primeiramente, há os casos em que as mulheres migrantes se encontram em situação de exploração laboral, como no caso daquelas que desempenham atividades de caráter doméstico e se submetem a jornadas de trabalho excessivas e vivem em condições precárias de emprego e de vida. Aqui, a reflexão de um dos artigos chama a atenção para a existência de uma *tripla discriminação*: a por serem mulheres, por serem migrantes, e por estarem empregadas em lares estrangeiros sem um pleno reconhecimento de seus direitos trabalhistas.

Em segundo lugar, através da ótica do tráfico de pessoas, no caso daquelas mulheres que são aliciadas por redes de exploração sexual e/ou trabalho escravo, pois emigram, não raramente, iludidas por falsas promessas de emprego.

Há também o exemplo das mulheres que são forçadas a se deslocarem territorialmente e buscarem refúgio em outro país. Nota-se o aumento de casos relatados de exploração sexual nos campos de refúgio e/ou nos centros de detenção, e também as denúncias de mulheres solicitantes de asilo que não tem seus direitos humanos devidamente respeitados no país de destino.

Por fim, há os relatos de situações em que as mulheres migrantes sofrem preconceito e discriminação no decorrer de sua jornada migratória, seja devido à sua nacionalidade, por sua religião e práticas culturais ou simplesmente por *ser mulher*. Neste contexto, é comum perceber a associação das mulheres a imagens que as objetificam, inferiorizam e reduzem seus

comportamenti à esteriótipos, o que torna possíveis situações de discriminação social e violência simbólica, e evidentemente dificultam sua inserção e integração na sociedade de destino.

O caso das brasileiras em Portugal é emblemático nesse sentido, onde estas difficilmente conseguem se desvincular do status atribuído que as associa com a imagem de prostituição, o que frequentemente é reforçado pela mídia.

Não se pode deixar de mencionar que a globalização é um forte fator de estímulo às migrações, uma vez que intensifica o fluxo de informações sobre padrões elevados de vida e opportunitàes nos países industrializados, o que explicaria o aumento significativo do número de mulheres que decidem por emprender a migração. Entretanto, tal estímulo não é accompagnato por un aumento de opportunitàes, nesse sentido, o fluxo de capital e mercadorias é incentivado enquanto há restrizioni para o fluxo de pessoas (Patarra, 2006). E dentro desse panorama complesso e desafiador que a questão femminile se inserisce na temática das migrações.

## ITALIANO

### **Le immigrate leggono più delle italiane. Una media di cinque libri all'anno**

*Sono appassionate di romanzi e poesie, prediligono la lingua italiana, frequentano librerie e bancarelle. S'informano sui siti web dei giornali (il primo è quello di Repubblica. it) e raccontano favole del proprio Paese d'origine ai bambini che accudiscono. Ecco l'identikit culturale delle lavoratrici immigrate in Italia.*

*Vladimiro Polchi*

Leggono più delle italiane: in media cinque libri all'anno. A casa o sui mezzi di trasporto. Sono appassionate di romanzi e poesie. Preferiscono la lingua italiana. Frequentano librerie e bancarelle. Si tengono informate sui siti web dei giornali (il primo è quello di Repubblica. it) e raccontano favole del proprio Paese d'origine ai bambini che accudiscono. Ecco l'identikit culturale delle lavoratrici immigrate in Italia.

Cosa leggono? Oggi nel nostro Paese vivono circa un milione e 400mila donne straniere impiegate nelle famiglie italiane (dati del Terzo Rapporto European Migration Network Italia 1). A fotografarne i consumi culturali ci prova un'indagine effettuata nell'autunno di quest'anno dalla Provincia di Roma (in collaborazione con le associazioni NoDi e Lipa) su 100 immigrate tra colf, badanti e baby sitter, residenti in 8 differenti comuni della provincia. I dati verranno illustrati martedì 7 dicembre alla Fiera della piccola editoria 2 a Roma.

Romanzi e poesie. I risultati? Il 53% delle donne immigrate legge fino a cinque libri all'anno, ma il 16% arriva a divorarne oltre 20. La maggioranza legge in italiano, anche per la difficoltà di trovare testi nella propria lingua madre. Ma cosa leggono? In testa c'è la narrativa (col 22%), seguono a pari merito poesia (17%) e romanzi rosa (17%), quindi saggistica (16%), gialli (14%), libri religiosi (6%).

Per lo più leggono a casa (53%) o sui mezzi pubblici (20%). Frequentano le librerie, ma in maggioranza prendono i libri da amici (23%) o datori di lavoro (10%). Nella "valigia del migrante" portano con sé bibbia, corano o un dizionario. Usano spesso internet, Skipe e Facebook. Leggono quotidiani on line: Repubblica. it e poi ilmessengero. it. Parlano ai loro figli sia in lingua madre, che in italiano.

La storia di Didina. "Sono arrivata che avevo 18 anni, adesso ne ho 35 - racconta una delle donne intervistate, Didina, croata - la poesia ora la leggo molto meno. Quando scopro un scrittore che mi piace, cerco di leggere tutte le sue opere. Il primo scrittore italiano che mi ha colpito è stato Baricco con il suo libro Oceano mare. Era ed è rimasto uno dei miei libri preferiti in italiano. I libri che leggo in croato sono per lo più romanzi e raccolte di racconti. Questa estate, quando sono stata a casa, ho comprato l'ultimo libro di Miljenko Jergovic".

Le favole ai bambini. "Al ragazzino che ho fatto crescere - prosegue Didina - gli portavo i libri con i quali sono cresciuta io, gli traducevo le nostre favole e le ninne nane. Quando è stata pubblicata in italiano la favola, in versione bilingue, "La casetta del Porcospino", con la quale sono cresciuta, l'ho comprata subito per lui".

Fonte:

[http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2010/12/02/news/le\\_i mmigrate\\_leggono\\_di\\_pi-9770209/](http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2010/12/02/news/le_i mmigrate_leggono_di_pi-9770209/) - 02.12.2010

## Quasi 100 mila imprenditrici straniere: sono per lo più giovani, il 70% nel terziario

I dati dell'Osservatorio sull'imprenditoria femminile di Confcommercio e Censis. Il primato è delle cinesi. L'area più multietnica è il Centro ItaliaROMA - Un esercito di quasi centomila donne straniere che non fanno le colf o le badanti. E' il quadro tracciato dall'Osservatorio sull'evoluzione dell'imprenditoria femminile di Confcommercio e Censis. Per la precisione le imprenditrici straniere nel nostro Paese sono 98.294. Il 70% è nel terziario, il 13,5% nei settori del noleggio e delle agenzie viaggio, il 15% nel commercio e nella ristorazione.

Il primato spetta alle cinesi con il 15,8%. Seguono, distanziate di molto, le romene (7,6%), le svizzere (7,3%), marocchine (6,7%) e tedesche (6,3%). Con 73.861 imprenditrici attive, il terziario rappresenta il più ampio bacino di imprenditoria femminile straniera, ma è boom di straniere in tutti i settori: +3,7% in agricoltura, +5,8% nell'industria. Nei servizi sono cresciute del 6,5% in due anni (2009-2010). E sono più giovani delle italiane: circa l'80% (contro il 60% circa delle italiane) ha meno di 50 anni; il 67% è tra i 30 e i 49 anni, il 13,1% ha meno di 29 anni.

L'area più multietnica è il Centro Italia, con il 9,3% di imprese femminili guidate da straniere; Teramo e Trieste le province che hanno il rapporto più alto sul totale delle imprenditrici del terziario (rispettivamente 13,8% e 13,7%). Tra le città

metropolitane solo Milano e Roma sono tra le prime dieci, rispettivamente al quarto posto con il 13% e al settimo con l'11,8% di donne imprenditrici straniere. Nel Nord-Est e Nord Ovest hanno pari quota all'8,5%. Tra le regioni dalla multietnicità imprenditoriale più marcata, troviamo il Friuli-Venezia Giulia con l'11,9%, l'Abruzzo con il 10,8%, e il Lazio con il 10,5%. Al contrario, Basilicata, Sardegna e Valle d'Aosta sono le regioni con il tasso di più basso: rispettivamente del 5,6%, del 5,8% e del 5,9%.

"Non solo colf e badanti le donne immigrate in Italia, ma anche imprenditrici, e prevalentemente nel commercio e nei servizi. La donna immigrata - dice Patrizia Di Dio, neopresidente di Terziario donna di Confcommercio - appare come interprete principale di un lento e silenzioso sviluppo all'interno della società e la sua integrazione agevolerà il processo di edificazione e consolidamento di una società realmente multietnica ed interculturale. Il mercato è uno pochi settori in cui a differenza di altri, si possono affermare le pari opportunità. Infatti il mercato è meritocratico, premia le capacità imprenditoriali, il know how, indipendentemente dal sesso, dall'etnia, dalla religione".

Fonte:

[http://www.repubblica.it/economia/2011/06/12/news/imprenditrici\\_straniere-17571460/](http://www.repubblica.it/economia/2011/06/12/news/imprenditrici_straniere-17571460/) - 12.06.2011

## Le immigrate invisibili che tengono insieme l'Italia

*Molte straniere sono impiegate illegalmente come badanti*

La popolazione italiana continua ad invecchiare e cresce il numero delle persone assistite non più dalla propria famiglia, bensì da badanti straniere. Nella maggior parte dei casi queste non hanno né un contratto di lavoro regolare né una formazione professionale all'assistenza.

Per molti paesi industrializzati il cambiamento demografico nei prossimi decenni desta preoccupazioni. I governi si trovano a dover affrontare le sfide politiche, economiche e sociali di una popolazione che diventa sempre più anziana. Nel confronto mondiale l'Italia si colloca ai piani alti di un'ipotetica lista delle società con la più rapida

crescita della percentuale della popolazione anziana. Solo il Principato di Monaco e il Giappone hanno una popolazione con un'età media più alta di quella italiana. Secondo un recente studio dell'Istat negli ultimi dieci anni il numero degli over 65 è cresciuto di circa 2 milioni di persone, attestandosi a quota 12 milioni, un quinto dell'intera popolazione. Gli studi statistici prevedono che entro il 2015 nella sola regione Lombardia ci saranno altri 2 milioni di persone sopra i 65 anni.

*Una soluzione economica per le famiglie*

Un aspetto importante di questa evoluzione è la domanda crescente di cura e assistenza per la popolazione anziana. Poiché lo stato italiano da questo punto di vista offre pochi e limitati servizi alle famiglie, il grosso dell'assistenza ricade sulla famiglia stessa. Spesso sono le figlie o le nuore che si occupano in casa di una persona che necessita di assistenza. Il ricovero in strutture specializzate è un'alternativa che, a causa dei costi elevati, molte famiglie non si possono permettere. Un fenomeno che invece si può notare da alcuni anni è l'aumento significativo delle badanti straniere a domicilio, che rappresentano la soluzione più economica per quelle famiglie che non possono occuparsi direttamente di un parente anziano. Si tratta di donne rumene, ucraine, polacche o moldave che sono disposte a prendersi cura in di un paziente 24 ore su 24 per uno stipendio mensile netto di 800 euro.

### *Permanenza lunga*

Tra le badanti ci sono solo poche italiane; secondo stime di diversi istituti di ricerca e di assistenza 700.000 sono immigrate, circa il 90% di coloro che svolge questa attività. In realtà potrebbero essere un milione e mezzo, dato che oltre la metà delle donne che lavorano come badanti non rientra nelle statistiche perché non ha un permesso di soggiorno o un contratto di lavoro.

Le cifre sono in costante aumento dalla fine degli anni '90. All'inizio molte donne assunte dalle famiglie italiane come badanti provenivano dal Sud America. In seguito al primo allargamento a Est dell'Unione Europea nel 2004 le badanti sono sempre più spesso dell'area est-europea. Tra di loro prevalgono le rumene. Oltre alla grande domanda ci sono anche altre cause dietro il numero crescente di badanti straniere. Da una parte le prospettive che le badanti hanno sul loro futuro sembrano essere cambiate: al contrario delle prime immigrate, che volevano lavorare come badanti o colf solo temporaneamente per poter sostenere economicamente le famiglie rimaste nel paese di origine, oggi ci sono sempre più donne che pensano di restare in Italia sul medio o lungo periodo.

### *Scarse risorse*

Un altro motivo è la progressiva accettazione da parte delle famiglie italiane dell'idea di prendere una badante straniera nella propria casa. E questo non succede solo nel Nord del Paese. Anche nel più tradizionale Sud, dove la coesione delle famiglie è particolarmente sentita, si trovano

sempre più spesso badanti straniere, nelle grandi città come nei piccoli paesi.

La presenza delle immigrate nel campo dell'assistenza agli anziani cresce nonostante non ci sia un sistema univoco per il loro reclutamento. Domanda e offerta restano alte, ma per le famiglie ci sono poche risorse quando si tratta di trovare una badante. Secondo l'associazione cattolica Caritas e l'associazione di lavoratori Acli in Italia per trovare una badante prevale il metodo fai da te. Nel frattempo alcune regioni hanno messo in atto dei progetti per rispondere meglio alle esigenze delle famiglie e delle immigrate.

### *Lavoro nero diffuso*

Con il loro lavoro le immigrate danno un contributo importante alla società. Se non ci fossero le badanti, si stima che lo Stato dovrebbe investire 45 miliardi di euro l'anno per offrire alle famiglie un servizio analogo. Eppure le condizioni di lavoro di molte lavoratrici restano negative perché spesso lavorano in nero presso le famiglie e non vedono rispettati i diritti dei lavoratori. Nonostante sempre più immigrate vogliano stabilirsi in Italia, negli ultimi anni è cresciuto il numero di quelle che svolgono il loro lavoro da irregolari.

Assumere regolarmente una lavoratrice straniera o un lavoratore straniero richiede al datore di lavoro un impegno materiale, di tempo e non ultimo economico. Come ha spiegato in un'intervista televisiva un funzionario del Ministero dell'Interno, molti italiani non sono disposti ad assumersi i costi supplementari per l'assunzione degli stranieri. Da questo punto di vista lo Stato non ha ancora offerto alcuna alternativa. Neppure nel caso delle badanti sono previsti sgravi fiscali per il datore di lavoro.

A causa della loro posizione di lavoratrici in nero molte donne sono spesso costrette a lunghi orari di lavoro o si trovano a svolgere compiti supplementari che esulano da quelli previsti da accordi precedenti. Se subiscono comportamenti illegali da parte del datore di lavoro, per paura delle autorità non sporgono denuncia. Al contrario di altri immigrati che lavorano nei cantieri edili o in campagna, le donne restano invisibili alla società perché svolgono la gran parte del loro lavoro da sole in case private.

### *Un'esistenza isolata*

All'arrivo in Italia, la maggior parte delle immigrate cerca un'occupazione che preveda la coabitazione con la persona che devono assistere. Le donne, che hanno mediamente tra i 35 e i 40 anni, si occupano 24 ore su 24 di una persona anziana e

spesso gravemente ammalata. Dopo qualche tempo, se possibile, si cercano un alloggio indipendente e continuano a lavorare a ore come badanti. Nella maggior parte dei casi non hanno una preparazione professionale per questo lavoro, ma molte hanno un titolo di studio alto. I bassi salari o la disoccupazione nei paesi di origine le spinge a venire in Italia, dove, secondo diversi sondaggi, sognano di trovare un lavoro dignitoso.

Con i loro guadagni le badanti assicurano il mantenimento delle loro famiglie rimaste nel paese di origine. Molte donne hanno figli che restano a vivere con i nonni o altri parenti. Come evidenziato

recentemente da uno studio dell'organizzazione per la migrazione sulle badanti ucraine, le donne soffrono molto per il distacco dalla famiglia. Hanno profondi sensi di colpa, anche perché non hanno praticamente la possibilità di andare a trovare regolarmente i figli. Il lavoro che svolgono, impegnativo e spesso in solitudine, può avere effetti negativi sullo stato di salute di queste donne. Nell'Europa dell'Est, di fronte alle molte immigrate che si rivolgono al medico a causa della depressione, si può arrivare a parlare di una "sindrome Italia".

Fonte: <http://italiadallestero.info/archives/10705> - 29.12.2010

## **Dati choc: aborto, contraccezione più usata fra le donne immigrate**

*Una donna immigrata su tre ha fatto ricorso all'interruzione di gravidanza almeno una volta. I dati di un'equipe fiorentina sulla prevenzione e cura delle mutilazioni genitali*

Firenze, 30 Marzo 2011 - Le donne immigrate preferiscono l'aborto come contraccettivo. E' l'allarme lanciato oggi, grazie a uno studio pilota 'partorito' nel centro di riferimento regionale per la prevenzione e la cura delle complicazioni delle mutilazioni genitali femminili di Firenze. Studio che la Società italiana di ginecologia e ostetricia (Sigo) ha presentato oggi a Roma nel corso del convegno 'Immigrate e contraccezione: diritti negati'.

Cresce dunque l'emergenza aborto tra le donne straniere che vivono in Italia: il 33% vi ha fatto ricorso almeno una volta. L'interruzione di gravidanza viene utilizzata dunque come metodo contraccettivo, al pari della pillola, conosciuta dal 90% delle immigrate, ma provata solo dalla metà, o del preservativo, molto noto ma scarsamente utilizzato. "Nel nostro Paese - ha affermato il presidente della Sigo, Nicola Surico - un terzo del totale delle interruzioni volontarie di gravidanza è compiuto da appena il 3,5% della popolazione. Questa ricerca mostra che non manca tanto la conoscenza, quanto la possibilità di accedere agli strumenti e ai servizi disponibili".

Per affrontare il problema la Sigo punta sulle 'seconde generazioni': i minorenni stranieri nel

nostro Paese sono 932.675, di cui 572.720 nati in Italia. "Cittadini a tutti gli effetti - commenta Omar Abdulcadir, responsabile Sigo per questa area e coordinatore della ricerca - che parlano la nostra lingua, crescono in questa realtà, fanno da tramite per la traduzione, la comunicazione, l'informazione. Rappresentano una risorsa insostituibile perché sono i fautori del cambiamento culturale all'interno del nucleo familiare. E' a loro, quindi, che dobbiamo rivolgerci per avviare una vera contraccezione transculturale, una componente fondamentale della salute".

L'attenzione della società scientifica ai giovani si è concretizzata con il progetto educativo 'Scegli tu', che ha già portato alla realizzazione di opuscoli ad hoc, disponibili in 5 lingue (francese, cinese, arabo, rumeno, albanese) scaricabili dal sito [www.sceglitu.it](http://www.sceglitu.it). E' attivo inoltre il numero verde della contraccezione (800 555 323 tutti i giorni feriali dalle 14 alle 17), a cui rispondono operatori formati e dove, un giorno a settimana, è disponibile la consulenza di una ginecologa.

Fonte: [http://www.lanazione.it/firenze/salute/2011/03/30/482338-aborto\\_contraccezione.shtml](http://www.lanazione.it/firenze/salute/2011/03/30/482338-aborto_contraccezione.shtml) - 30.03.2011

## **Matrimoni, misti, battuta d'arresto: il dato dal Rapporto Istat sulle nozze in Italia**

*Drastica riduzione nei matrimoni misti in cui la sposa è cittadina italiana e lo sposo è straniero*

"Stop alla crescita dei matrimoni con almeno uno sposo straniero". Titola così l'Istat uno dei paragrafi

dedicati alle nozze miste nell'ambito dell'ultimo Rapporto sul matrimonio in Italia.

Descrivendo i dati relativi ai matrimoni celebrati in Italia nel 2009, l'Istat parla di battuta d'arresto, rispetto a un trend di incremento che appariva consolidato, delle nozze con almeno uno sposo straniero. La riduzione di questa tipologia di matrimoni – afferma l'Istituto nazionale di statistica – spiega il 30% della diminuzione complessiva osservata rispetto al 2008. Nel 2009 sono state celebrate 32 mila nozze con almeno uno sposo straniero (pari al 14% del totale dei matrimoni), quasi 5 mila in meno rispetto al 2008 (36.918 matrimoni pari al 15% del totale delle celebrazioni) e i dati provvisori del 2010 suggeriscono una ulteriore contrazione. A diminuire nel 2009 sono soprattutto i matrimoni misti, ovvero le nozze in cui un coniuge è italiano e l'altro straniero, pari a oltre 21 mila celebrazioni, 3.191 in meno rispetto al 2008.

La diminuzione osservata nel 2009 nei matrimoni con almeno uno sposo straniero ha interessato tutte le aree del Paese: se, a livello nazionale, la flessione è stata pari al 13,2% (prospetto 2), la diminuzione è stata più accentuata nel Nord-ovest (-19,2%) e in particolare in Lombardia (-22,2%).

A subire, in termini relativi, una drastica riduzione sono stati i matrimoni misti in cui la sposa è cittadina italiana e lo sposo è straniero (-23,9% a livello Italia, -30,8% nel Nord-ovest).

## Le donne immigrate sono più svantaggiate

*Antonella Pastore*

Realizzarsi nella società come donna significa individuare sia la propria personale identità sia rivendicare il proprio ruolo e i propri spazi.

Purtroppo le donne italiane, ancora oggi, faticano ad ottenere un riconoscimento paritario sia in ambito politico che sociale, ma per le donne immigrate il compito è senz'altro più arduo.

Tralasciando elementi essenziali per favorire l'inserimento sociale, quali: permesso di soggiorno, una sistemazione abitativa o un lavoro, alle donne straniere resta da affrontare un altro ostacolo ad una vera integrazione: la diversità culturale.

Le donne immigrate nel nostro paese sono discriminate almeno per due aspetti: in quanto donne e in quanto immigrate, per questi motivi molti sociologi sostengono che la donna immigrata in Italia è doppiamente penalizzata.

Queste donne spesso sembrano invisibili eppure sono portatrici di un tesoro di saperi e di

Secondo l'Istat "il calo dei matrimoni con almeno uno sposo straniero è soprattutto da ricondurre all'introduzione dell'art. 1 comma 15 della legge n. 94/2009, che impone allo straniero che vuole contrarre matrimonio in Italia l'obbligo di esibire, oltre al tradizionale nulla osta (o certificato di capacità matrimoniale), anche 'un documento attestante la regolarità del soggiorno nel territorio italiano'. L'impossibilità di poter attestare tale regolarità – afferma l'Istat – influenza le decisioni dei nubendi, inducendoli a rinunciare alla celebrazione del matrimonio in Italia e eventualmente facendoli optare per sposarsi all'estero."

Dando un'occhiata al quadro generale delle nozze in Italia, i matrimoni celebrati sono stati 230.613 nel 2009 e poco più di 217 mila nel 2010 (dati provvisori). Si tratta di 3,6 matrimoni ogni 1.000 abitanti. In soli due anni si registrano quasi 30 mila matrimoni in meno: nel 2008 erano stati 246.613, pari a 4,1 ogni mille abitanti. La tendenza alla riduzione delle nozze è in atto dal 1972, ma nel biennio 2009-2010 il calo è stato particolarmente accentuato. Infatti, la variazione media annua ha raggiunto il -6%, un valore decisamente al di sopra del -1,2% registrato, in media, negli ultimi 20 anni.

Fonte:

[http://www.cinformati.it/index.php/news/archivio\\_news/anno\\_2011/matrimoni\\_misti\\_battuta\\_d\\_arresto](http://www.cinformati.it/index.php/news/archivio_news/anno_2011/matrimoni_misti_battuta_d_arresto) - 18.05.2011

competenze che faticano a svelare a causa di pregiudizi; è importante sottolineare come i pregiudizi siano sempre lesivi della dignità delle persone.

Il rischio di esclusione delle donne immigrate è maggiore rispetto alle altre donne, poiché esse, per potersi effettivamente inserire nella società, devono superare anche ostacoli culturali propri della comunità autoctona e, talora, degli stessi gruppi etnici di appartenenza.

Inoltre, la donna immigrata difficilmente dispone della rete familiare e/o amicale alla quale fare riferimento, specialmente nei momenti critici della sua esistenza e ciò crea situazioni di isolamento.

La solitudine e l'isolamento spesso non consentono a queste donne di affrontare, senza conflitti, i problemi legati alla maternità e alla cura dei figli, proprio perché diventa difficile per loro conciliare i propri quadri di riferimento culturale: valori, norme, stili di vita con quelli della società ospitante.

Prendiamo l'educazione dei figli all'estero, le donne migranti sono chiamate ad assolvere un difficile compito che risulta essere cruciale per il processo di integrazione dei migranti nella società.

Esse si trovano a dover fronteggiare, spesso da sole, ad una serie di situazioni di incontro e confronto con persone ed istituzioni del paese di accoglienza che le costringono ad elaborare, più o meno volontariamente e consapevolmente, strategie di mediazione e dialogo tra diversità a loro sconosciute.

Un esempio, di questa nuova condizione, è il momento dell'inserimento scolastico dei figli; la necessità per le madri immigrate di comprendere l'istituzione scolastica e preparare il figlio all'ingresso in essa, impone loro uno sforzo notevole di mediazione dovendo dimostrare disponibilità ad aprirsi a nuove forme d'istruzione spesso conoscendo poco la lingua italiana che invece i loro figli hanno già appreso, ciò crea situazioni paradossali, poiché le madri ricorrono alla mediazione linguistica e culturale dei figli durante i colloqui con i docenti ritrovandosi in questo caso in una situazione di doppia subalternità verso gli insegnanti e verso i figli, indebolendo così il loro ruolo di educatrici .

Considerare prioritario, da parte delle istituzioni , aiutare le donne straniere a migliorare le

conoscenze linguistiche permetterebbe di rafforzarne l'autostima, perché non deve essere sottovalutato l'importante e il delicato compito di mediatrici che le donne straniere svolgono nel contesto sociale.

Stimolare occasioni di incontro, scambio e aggregazione, attivando una rete di auto-aiuto può rappresentare uno strumento per permettere a loro di partecipare ad attività al di fuori della loro comunità etnica, allo scopo di sviluppare una nuova coscienza culturale necessaria a favorire l'integrazione sociale.

Se si considera che diffidenze e pregiudizi impediscono lo sviluppo di una società multi-etnica ed interculturale, si rende necessario considerare il fenomeno dell'immigrazione come uno stimolo e una risorsa per sviluppare la consapevolezza del patrimonio di civiltà e favorire l'incontro con altre culture e modelli di vita.

L'associazione DonneInQuota desidera costruire una rete di donne che possa contemplare una visione sensibile alla diversità culturale per favorire e sostenere la diversità e la pluralità dell'universo femminile, perché le donne lo sanno che tra le donne c'è un legame che va al di là dell'appartenenza politica, della nazionalità o del credo religioso.

Fonte: <http://lnx.donneinquota.org/?p=1668> - 22.08.2011

## PORTUGUÊS

### Mulheres rurais, entre êxito e exploraçã

*Milagros Salazar*

A tradicional imagem das mulheres rurais da América Latina, marcadas pela subsistência e pelo cuidado com a família, dá lugar a outra, de protagonistas de atividades comerciais e produtivas em pequena e grande escala, em uma mudança que tem por trás histórias de sucesso e também de exploração.

Desde a central Huancavelica, a região mais pobre do Peru, a quéchua Gladis Vila conseguiu, junto com outras mulheres, a realização de feiras ecológicas em 22 das 25 regiões do país, como prova de que é possível produzir alimentos sem degradar o meio ambiente.

“As produtoras indígenas são as conservadoras da biodiversidade e fazemos negócio respeitando a natureza”, afirmou à IPS Gladis, que além de trabalhar na terra, preside a Organização Nacional

de Mulheres Indígenas e Amazônicas. As mulheres rurais produzem entre 50% e 80% dos alimentos do mundo, segundo um documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2008. A proporção aumenta na medida em que cresce a pobreza dos países.

As experiências no campo são diversas na região bem como também são as mulheres de diferentes pontos da América Latina que se reuniram em Lima este mês para participar do seminário internacional “Mulher rural: mudanças e persistências”. Entre elas estava a antropóloga Kirai de León, que narrou a história de sucesso das produtoras de ervas aromáticas e medicinais do Uruguai. São 17 camponesas que integram a Cooperativa Calmañana há 25 anos, e às quais outras 14 vão se incorporar para continuar



ampliando seus domínios no departamento de Canelones, no sul.

As cooperativas abastecem os supermercados do Uruguai, chegam com seus produtos até a Europa e fazem parte da certificadora nacional de produtos orgânicos. “São muito respeitadas pelos comerciantes de condimentos. Conseguiram um grande espaço”, disse à IPS Kirai, que as acompanha desde o início. A especialista uruguaia contou que uma das ervas medicinais com maior demanda internacional é a marcela (*Anchyrocline satureioides*) que tem propriedades antioxidantes e de proteção celular, além de ser um anti-inflamatório e antiviral.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 85% da população mundial depende das plantas medicinais para sua atenção primária à saúde. E estas mulheres uruguaias não só contribuem para que isto seja possível como também desenvolvem este trabalho sem utilizar agroquímicos. “Precisamos mudar a forma de produzir, cuidar não só do marido, mas cuidar do meio ambiente. Essa é uma transformação importante”, assegurou Jeanine Anderson, antropóloga e especialista em temas de gênero da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

O cuidado com o meio ambiente se relaciona com a gestão do território. A ativista boliviana Elizabeth López, da Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, assegurou que isto é importante para que exista autonomia econômica da mulher rural. “O tema não é apenas o acesso à terra, mas garantir a territorialidade para que as mulheres tenham a capacidade de uso da água, da biodiversidade, dos solos, entre outros recursos naturais. Se elas não puderem dispor disso, estarão limitadas”, disse à IPS a especialista boliviana.

Elizabeth considera que o surgimento de outras atividades econômicas, como a mineração, reduz os direitos das mulheres rurais sobre o território. Elas, apesar de serem as grandes abastecedoras de alimentos do planeta, são donas de apenas 10% da terra, segundo estudo do PNUD. Em Los Andes, a mineração convive com a pecuária e a agricultura, gerando impactos diferenciados nas mulheres “Há uma desvalorização total do que faz a mulher na pecuária diante do surgimento das mineradoras”, assegurou Elizabeth, ao recordar lutas com protagonismo feminino contra empresas de mineração na Bolívia e em outros países andinos.

Outro fenômeno de crescente importância dentro da produção agroindustrial latino-americana é o da migração das mulheres do campo para a cidade,

em uma região onde elas representam 48% da população rural, cerca de 58 milhões. No Peru, por exemplo, a agroindústria em grande escala fez com que as mulheres se deslocassem de zonas andinas para outras costeiras, dentro e fora de suas regiões. É o caso de Gladys Campos, antiga trabalhadora da Sociedade Agrícola Virú, uma produtora de aspargo beneficiada pela bonança agroexportadora do país.

Gladys deixou Cochabamba, seu povoado na serra do departamento de La Libertad, para trabalhar na Virú, localizada na costa regional. Mas só trabalhou dois anos e meio ali, porque em outubro de 2004 foi demitida por formar um sindicato de trabalhadores para proteger seus direitos. “Trabalhávamos 17 horas por dia por um salário de miséria. Não pagavam hora extra. Eles te trazem de seu povoado, te recrutam, te fazem trabalhar como escravo, te dizem que vão ajudar e depois descontam os gastos com comida e hospedagem. Depois te jogam fora”, disse Gladys à IPS, em uma história várias vezes repetida.

Agora ela é secretária da Federação Nacional de Mulheres Camponesas, Artesãs, Indígenas, Nativas e Assalariadas do Peru. O salário desta líder era de apenas US\$ 214 mensais. As mulheres, garantiu, não eram contratadas como temporárias entre janeiro e abril, quando acontece a grande colheita, mas trabalhavam o ano todo e sem férias. Por outro lado, a agroexportação peruana aumentou 27,8% entre janeiro e setembro deste ano, segundo o Ministério da Agricultura.

Dentro desse dinamismo, os itens não tradicionais representam 74% das exportações, onde sobressaem aspargos frescos, carmim de cochinha (pigmento vermelho vivo do inseto *Dactylopius occus*), uvas e mangas. “Quem na verdade sustenta a economia à custa de horas extras somos nós, as trabalhadoras, não as empresas”, denunciou Gladys. Para Jeanine é importante analisar os impactos desta nova ruralidade com a participação das mulheres do campo em diversas atividades econômicas em pequena e grande escala.

Na Colômbia, a migração ocorre de maneira indefinida, impulsionada pelas décadas de guerra interna. “Uma mulher do campo tem esperança”, é a frase de uma dessas migrantes que recordou a trabalhadora social colombiana Flor Edilma Osório, e que revela “a saudade do campo diante da miséria que se vive na cidade”, assegurou. “No campo pode-se ser pobre, mas não falta o que comer, mas na cidade se não tiver dinheiro não se vive. Há uma perda total”, explicou a especialista.

Para Jeanine, o desafio está em criar um sistema produtivo para mulheres e homens de zonas rurais que lhes permita gozar de bem-estar tanto quanto para os habitantes das cidades. Não se pode

simplificar as políticas públicas a ajudas precárias a famílias pobres, disse.

Fonte: <http://ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=6589> – 09.12

## Latinas buscam vaga de doméstica no país

*Verena Fornetti*

A poucos passos da praça da Sé, no centro de São Paulo, empregadas domésticas são arregimentadas para jornadas sem limite de horas e sem folga semanal, em troca de casa, comida e salário bem abaixo do mercado.

A descrição, que poderia remeter a épocas remotas, é atual: com a dificuldade de encontrar profissionais para lavar, passar, cozinhar e limpar, empregadores começam a buscar domésticas entre as imigrantes latino-americanas que se concentram na região central da cidade.

A maior parte desses empregos é informal, e não há estatísticas sobre o número de trabalhadoras latino-americanas em casas de família.

Mas a Folha ouviu imigrantes e agências de emprego que relatam que aumentou o número principalmente de bolivianas e de peruanas atrás de vagas para dormir no emprego.

Como o salário das domésticas aumentou, diminuiu a diferença entre o que ganha uma trabalhadora que dorme no emprego e outra que vai e volta todo dia. O resultado é que cada vez menos brasileiras aceitam vagas que exigem permanência à noite.

### *Veneradas*

"Uma cozinheira de forno e fogão para dormir no emprego é quase ouro no mercado. Quando aparece uma aqui, é venerada", diz Luciano Segura Jr., gerente-comercial da agência Domésticas.

O padre Mário Geremia, da Pastoral do Migrante, que acolhe pessoas de outros países, diz que começam a aparecer mulheres que chegam ao Brasil buscando especificamente vaga de doméstica para dormir no emprego.

Ele diz que também cresceu o número de empregadores que vão à região dos escritórios da pastoral para contactá-las, assim como a quantidade de bolivianas que trocam a costura pelo serviço doméstico.

É o caso da boliviana Maria (nome fictício), 34, que chegou ao Brasil em dezembro para trabalhar como costureira. Trocou o emprego por outro, em que cuidava de uma idosa em Atibaia, a 60 km da capital. Dormia no emprego e ganhava R\$ 700 por uma jornada das 8h30 às 22h.

"Trabalhei conscientemente, mas abusavam de mim", diz ela, que busca outra vaga na mesma função.

Uma trabalhadora brasileira registrada que durma no emprego pede salário de R\$ 1.200 a R\$ 1.500 em São Paulo, segundo agências de emprego paulistanas.

### *Dez dias*

A peruana Mercedes (nome fictício), 46, chegou a São Paulo no dia 3 de fevereiro e foi contratada para cuidar de uma idosa menos de dez dias depois. Ganha R\$ 1.000 para fazer todos os afazeres da casa e morar no trabalho. "Disseram que, já que não conhecia ninguém e não tinha aonde ir, eu não teria folga."

Ela planeja juntar dinheiro e remeter aos oito filhos que deixou em seu país.

O cônsul geral do Peru em São Paulo, Jaime Stiglich, afirma que as peruanas são muito procuradas para os serviços domésticos. "As peruanas cozinham muito bem e são muito buscadas."

Quatro agências que recrutam domésticas relataram que têm sido procuradas por latino-americanas.

Dizem, porém, que não conseguem agenciá-las porque os que buscam trabalhadoras por meio de agências, segundo elas, contratam com carteira assinada e pedem carta de recomendação.

### *Diversificação*

A anistia aprovada em 2009 pelo governo brasileiro a imigrantes que estavam ilegais no país expandiu as oportunidades de trabalho para os latino-americanos.

O primeiro emprego da boliviana Virginia Poma, 33, no Brasil foi em uma confecção paulista. Trabalhava como costureira das 7h à meia-noite. Hoje é recepcionista e instrutora em um salão de beleza no Brás, na região central da cidade, e trabalha das 13h às 21h, com uma hora de almoço.

Aos sábados, a maior parte dos alunos de Virginia na escola veio de fora. "Tem bolivianos, paraguaios e peruanos. Eles lotam aqui", conta. Homens e mulheres latino-americanos fazem cursos de manicure, depilação e corte de cabelo.

O padre Marcelo Álvares Matias Monge, da igreja S. João Batista do Brás, que tem missas em

espanhol para atender os imigrantes da região, diz que o perfil do trabalhador boliviano começa a mudar. Segundo ele, começa a haver alternativas às oficinas de costura, que tradicionalmente empregam esses imigrantes.

A consulesa da Bolívia em São Paulo, Rosa Virginia Ayoroa, relata que a cada ano aumenta em 15% o número de bolivianos que se regularizam no país. Segundo ela, há "demanda voraz" em São Paulo por mão de obra boliviana barata.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/878391-latinas-buscam-yaga-de-domestica-no-pais.shtml> - 20.02.2011

## **Ameaça de deportação cria dilema para vítimas de violência doméstica nos EUA**

*Milhares de latinas que vivem ilegalmente nos Estados Unidos e são vítimas de violência doméstica enfrentam hoje um dilema: ter de escolher entre sofrer em silêncio ou correr o risco de denunciar o crime e ser deportadas.*

Valeria Perasso

Desde que um plano chamado Sec Comm (abreviatura em inglês para Comunidades Seguras) foi implementado no país, a situação das vítimas de abuso na família piorou, segundo entidades ligadas aos direitos humanos e imigração.

O programa, criado em 2009 para identificar e deportar criminosos sem documentos que representam uma "ameaça à segurança", gerou um aumento recorde nas deportações de imigrantes irregulares sem antecedentes criminais, entre eles mulheres vítimas de abuso.

A lei permite que a polícia compare impressões digitais de suspeitos com informações de bancos de dados de agências federais de imigração. Dessa forma, os policiais sabem imediatamente se a pessoa está em situação irregular no país.

O programa foi criticado não apenas por ONGs que defendem imigrantes como também por governadores de Estado e políticos democratas.

Segundo as estatísticas, o Sec Comm foi o principal responsável por um aumento de 70% em deportações nos Estados Unidos nos últimos dois anos.

As críticas renderam frutos: na última sexta-feira, o governo de Barack Obama anunciou mudanças no programa, com novas regras para as deportações, beneficiando ilegais que atuem como informantes e testemunhas de crimes.

"Deve-se prestar atenção particular às vítimas de violência doméstica ou tráfico de pessoas", disse o diretor do US Immigration and Customs Enforcement (o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas dos Estados Unidos, ICE), responsável pelo plano Sec Comm.

### *Incerteza*

Em princípio, as mudanças beneficiariam mulheres que são vítimas de violência doméstica, dando a elas segurança e incentivo para que procurem a polícia e denunciem os parceiros.

Mas será que as medidas são suficientes para protegê-las?

ONGs que defendem os direitos dos imigrantes receberam o anúncio das mudanças com moderação.

Elas veem as medidas como um sinal claro, por parte do governo federal, de que o programa de Comunidades Seguras não está funcionando como o esperado.

Mas as entidades explicam que o caso das ilegais que sofrem abusos em casa é bem mais complexo.

As mulheres, dizem as ONGs, são as grandes vítimas de um sistema de imigração que não funciona.

"São elas quem mais sofre com a separação da família (quando um membro é deportado) e, se além disso, ainda são alvo de violência doméstica,

são duplamente vítimas", disse Gustavo Andrade, diretor da entidade Casa de Maryland, que oferece assistência aos latinos nesse Estado.

A colaboração entre polícias locais e agentes da imigração, segundo representantes das ONGs, teve um papel concreto na diminuição do número de denúncias de violência doméstica.

"Já há muitas razões para que a polícia não seja chamada em uma situação de perigo, começando pelo temor de represálias por parte do parceiro. Se além disso ainda há uma ameaça latente de deportação, cria-se um obstáculo gigante", disse Andrade.

### *Aguardando a Deportação*

Maria Bolaños vive o problema na própria pele.

Depois de chamar a polícia após uma briga com o marido em que houve violência física, ela vem brigando há um ano na Justiça para evitar ser deportada e separada da filha de dois anos (que é cidadã americana por nascimento).

Bolaños conta que os oficiais que foram à sua casa a prenderam, sob a suspeita de que ela vendia cartões telefônicos ilegalmente.

"Pensava que iam me ajudar, mas a polícia me entregou à imigração e hoje tenho uma ordem de deportação. Não sou criminosa, sou uma trabalhadora", ela disse.

Bolaños fez um depoimento para expor as falhas do sistema. Sua próxima audiência será no dia 3 de outubro.

## **Chega de preconceito**

Um programa de animação exibido na estatal portuguesa Rádio e Televisão de Portugal (RTP2), em rede nacional, traz uma prostituta que fala com sotaque brasileiro entre os seus personagens principais. O "Café Central", transmitido todos os dias desde setembro, tem sido alvo de protestos em Portugal e fortalecido as teses de que o preconceito contra as mulheres brasileiras no país tem sido recorrente em virtude, sobretudo, do viés politicamente por parte da mídia.

Um grupo de entidades e brasileiras residentes em Portugal criou na internet um "Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal", em protesto contra "Café Central" e a estigmatização das brasileiras nos meios de comunicação de Portugal.

Para Leslye Orloff, diretora do Programa de Mulheres Imigrantes da organização Legal Momentum, a aplicação de controles mais rigorosos de imigração acaba tendo um efeito duplo.

As medidas "fazem com que muitas mulheres imigrantes tolerem por mais tempo a vida em um contexto de violência doméstica", disse Orloff. "Mas, além disso, seu efeito secundário é que os causadores do abuso não são castigados".

Existem recursos legais que poderiam, em casos como esses, evitar as deportações: por exemplo, a Lei Federal de Violência Contra a Mulher de 1994 e os vistos do tipo U, de caráter humanitário. Nem todas as imigrantes, no entanto, conhecem seus direitos.

Segundo estimativas de firmas de assistência legal, cerca de 1% das mulheres vítimas de violência doméstica tem acesso ao visto U, que as protege de uma expulsão.

As restantes, como María Bolaños, tem de defender suas causas no tribunal ou passam a integrar as estatísticas - do próprio ICE - que indicam que 55% dos deportados desde que o programa Sec Comm entrou em vigor são, na realidade, inocentes, infratores menores ou acusados que não foram condenados.

Fonte:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110621\\_latinas\\_violencia\\_mv.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110621_latinas_violencia_mv.shtml) - 22.06.2011

O programa, exibido no início da madrugada e retransmitido pelo serviço internacional do canal para vários países, narra a história de seis personagens que discutem os temas da atualidade (do próprio dia), às voltas de um balcão de um café. Em uma apresentação no mês passado, a RTP pôs como destaque do programa em sua página na internet uma conversa entre um dos personagens da atração, Silva, dono do "Café Central", e a prostituta Gina: "Ahh, Gina, Gina... sempre que te vejo a bambolear essas libidinosas, sonho que estou no meio do Estádio do Dragão [Futebol Clube do Porto], com os Super-Dragões [torcida organizada do clube] a entoarem cânticos de paixão enquanto eu e tu fintamos o destino e marcamos golos nas redes da malícia".

A situação ultrapassou o universo virtual: o grupo de repúdio já se manifestou publicamente nas ruas de Lisboa e tenta avançar com outro tipo de ações. Segundo Mariana Selister Gomes, criadora do grupo, a personagem Gina é mais um exemplo de estigmatização da mulher brasileira na comunicação social portuguesa. "Esse estigma é construído em torno de um imaginário de hipersexualidade das brasileiras e disponibilidade de seus corpos aos portugueses". Para Marina, esse estigma, por si só, já é uma violência simbólica e prejudica a vida das brasileiras, "pois se transforma em assédio sexual, assédio moral, chegando mesmo a casos graves de violência física e sexual".

Uma análise contundente do grupo é destinada à construção da personagem, retratada "como prostituta e maníaca sexual, alvo dos personagens masculinos". "Trata-se de um desrespeito às mulheres brasileiras, que pode ser considerado racismo, pois inferioriza, essencializa e estigmatiza essas mulheres por supostas características fenotípicas, comportamentais e culturais comuns."

Não se trata de um fenômeno novo, critica Mariana, já que "fazem parte da história europeia genocídio indígena, escravidão africana, genocídio judeu, o que se altera é o alvo e, atualmente, são os imigrantes e, em Portugal, principalmente as brasileiras. Enquanto não houver um esforço coletivo, políticas de educação antirracista e de ações afirmativas, o quadro vai se repetir".

Residente em Lisboa, onde cursa seu doutorado, Mariana defende que as autoridades portuguesas respeitem a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, da qual tanto Portugal quanto o Brasil são signatários. Sem isso, argumenta Mariana, viola-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Portugal para a Promoção da Igualdade de Gênero. No documento, consta que esses países estão "resolvidos a conjugar esforços para avançar na implementação das medidas necessárias para a eliminação da discriminação contra a mulher em ambos os países".

Beatriz Padilla, professora do Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, estuda a comunidade brasileira em Portugal há anos e pondera que, reiteradas vezes, já alertou sobre a existência de uma grande discriminação não só contra os brasileiros, mas contra os diferentes em geral.

"Com elas [as brasileiras] a situação é insustentável, já que o estereótipo que existe é reforçado pelos meios de comunicação. Nunca faltam bundas de brasileiras em revistas, capas de livros etc. A maior parte das pessoas, incluso os acadêmicos - e até certo ponto os próprios brasileiros - justificam e culpabilizam a mulher brasileira."

Para Beatriz, o estereótipo existe e tem gerado experiências demasiadamente negativas. "O dia a dia de ser brasileira em Portugal é um peso, sempre há desconfiança de todos pela seriedade e integridade dela." A pesquisadora da Universidade de Coimbra Isabel Ferin tem uma visão diferente sobre a influência tão direta da mídia na discriminação, porém concorda que o programa da RTP2 é todo construído sobre estereótipos. Ressalva apenas que o fato de colar a prostituição a uma mulher brasileira só reforça um preconceito pré-existente. "Como se trata de uma estrangeira, acaba por funcionar também como estigma."

A inclusão de Gina é extemporânea, observa Isabel. "Neste momento, a autoestima portuguesa está tão baixa, que o fato de ainda ter brasileiros que querem trabalhar e ficar em Portugal anima a população. Não vejo sinais na mídia de discriminação. Não percebo, por isso, como surgiu essa personagem, que me parece fora de prazo."

Para o presidente da Casa do Brasil em Lisboa, Carlos Henrique Vianna, é preciso protestar contra esse tipo de situação. Não por acaso, a casa assinou o manifesto. "É inegável que há muitas trabalhadoras do sexo brasileiras em Portugal e na Europa, com consequências na imagem da imigrante em geral. Para nós, o importante é dignificar permanentemente a imagem dos imigrantes combatendo o preconceito."

O grupo que criou o manifesto na internet estava, na altura do fechamento desta edição, com mais de 1.100 assinaturas e contava com o apoio de mais de 20 organizações sociais tanto portuguesas quanto brasileiras, além do suporte de sete conselheiros do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior. "Estamos fazendo a entrega do manifesto para autoridades de Portugal e do Brasil, como uma denúncia coletiva. O próximo passo é cobrar das autoridades que tomem atitudes contra o preconceito", disse Mariana.

Fonte: <http://www.valor.com.br/cultura/1091536/chega-de-preconceito>  
- 11.11.2011

**Mulheres contribuem cada vez mais para “fuga de cérebros” na África, diz estudo**

A fuga de cérebros no continente africano até hoje se dava predominantemente entre homens. Embora as mulheres representem quase um em cada dois migrantes (49%), suas migrações costumam ser atribuídas à reunião familiar e diriam respeito a pessoas não qualificadas. Em um estudo intitulado “A emigração das mulheres qualificadas, um componente oculto da fuga dos cérebros africanos”, Abdelslam Marfouk, pesquisador da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, desfaz esses “clichês”.

As mulheres não somente constituem uma ampla parte da migração africana (44%) para países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], como mais da metade delas são formadas no ensino superior. O fenômeno quase não é visível na Europa, onde, com exceção do Reino Unido e, em menor medida, da Alemanha e da Áustria, a porcentagem de formadas entre a população de migrantes não ultrapassa os 20%.

Ao contrário da América do Norte e da Austrália, onde mais de 60% das migrantes africanas cursaram o ensino superior. Essa proporção é maior também entre as migrantes da Ásia (44%). A comparação é relativa ao ano de 2000, a única até o momento que permite comparar de maneira válida todos os países da OCDE.

Entre 1990 e 2000, o número de migrantes qualificadas aumentou 73%, passando de 5,8 milhões para 10,1 milhões enquanto, ao mesmo tempo, a porcentagem das mulheres migrantes não qualificadas aumentou “só” 22%. Em todo o mundo, com exceção da África Central, essa proporção foi superior à dos homens. A razão dessa explosão deve-se em parte ao fato de que o acesso das mulheres ao ensino superior aumentou mais rápido do que o dos homens, por recuperação. Em nível mundial, a população das mulheres instruídas aumentou 68% - até 105% nos países menos desenvolvidos – ao passo que a dos homens aumentou 42% (71% nos países menos desenvolvidos).

#### *Reação em cadeia*

“Para a grande maioria dos países africanos, o fenômeno de fuga dos cérebros afeta mais as mulheres do que os homens”, afirma Marfouk, que

acredita que “as mulheres africanas mais instruídas constituem o grupo mais móbil internacionalmente”.

Em certos países, como a República Democrática do Congo, Nigéria ou Tunísia, o índice de emigração das mulheres qualificadas é dez vezes superior ao dos homens qualificados. Sabendo que a porcentagem de mulheres formadas na África dentro da população ativa é muito baixa (2,4%), pode-se imaginar a dimensão da perda para os países de origem.

Essa emigração pesa sobre os países de origem de forma talvez mais grave do que a dos homens. Pois provou-se que a educação das mulheres é um elemento essencial do desenvolvimento, com reação em cadeia sobre a mortalidade infantil, educação das crianças e sua saúde. Além disso, “mesmo que de forma geral elas sejam menos bem remuneradas do que os homens migrantes, as mulheres transferem uma proporção maior de sua renda para os países de origem”, garante Marfouk.

O exemplo do Marrocos é prova disso: a contribuição das marroquinas que emigraram para um país da OCDE representa 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) desse país onde 11% da população vive em uma família beneficiada por uma transferência. E entre essas migrantes, 20% são formadas, contra 18% dos homens, segundo Marfouk.

O Marrocos, que há três anos possui um Conselho Consultivo dos Marroquinos no Exterior, criou um “grupo de trabalho sobre a questão do gênero”. Coordenado por Amina Ennceiri, que trabalha na Agência Francesa das Migrações Internacionais, nesses dois últimos anos ele se empenhou em reunir essas marroquinas de todas as idades e grupos sociais.

“Cada vez mais mulheres partem sozinhas”, diz Ennceiri. “Elas se tornam de fato chefes de família. Sua influência é, portanto, preponderante para o Marrocos”. Entre elas, há cada vez mais formadas, confirma. Mas para o Marrocos, assim como para o resto da África, o fenômeno atinge mais os países árabes ou o Líbano, por exemplo, do que a Europa.

Fonte: <http://portalctb.org.br/site/internacional/mulheres-contribuem-cada-vez-mais-para-fuga-de-cerebros-na-africa-diz-estudo> - 08.11.2010

## **Mulheres andinas na Espanha: entre o desejo de prosperar e o sonho do retorno**

*Emilia Pérez*

O plano de várias mulheres dos países da Cordilheira dos Andes é emigrar para a Espanha na busca de uma vida melhor e, com suas idas e voltas, acabam contribuindo no desenvolvimento econômico de seu países.

"Olha, se eu puder trabalhar de manhã, à tarde e à noite, eu trabalharei. Porque viajarei com uma meta: ficar fora por um tempo, trabalhar, juntar dinheiro e voltar, essa é minha mentalidade. Não penso em estudar nada, a única coisa que quero é trabalhar, trabalhar, trabalhar, juntar dinheiro e voltar", afirmou a peruana Carmen, em um discurso que se aplica a várias outras andinas.

Carmen e várias outras mulheres acabam trabalhando como empregadas domésticas, limpando casas ou cuidando de idosos e crianças, alcançando, assim, a conciliação familiar na Espanha quando se veem obrigadas a deixar para trás, em sua busca pela prosperidade, um lar quebrado.

"Serão três anos em que irei ficar sem meu filho, mas nesses anos darei estabilidade a ele", resume a colombiana Susana.

Suas experiências estão recolhidas no relatório "Mujeres migrantes andinas" ("Mulheres andinas emigrantes", em livre tradução), apresentado em Madri pela ONG Intermón Oxfam e que denuncia a tripla discriminação que sofrem por serem mulheres, por serem imigrantes e por estarem empregadas em lares espanhóis sem um pleno reconhecimento de seus direitos trabalhistas.

Segundo dados da ONG, em 2009, os números de trabalhadoras andinas na Espanha eram de cerca de 128 mil bolivianas, 209 mil colombianas, 161 mil equatorianas e aproximadamente 68 mil peruanas.

O estudo recolheu as opiniões de imigrantes andinas tanto na Espanha quanto nos seus países de origem, de onde, de acordo com as consultadas, se acha que o processo migratório é mais fácil do que acaba sendo na prática.

Por trás da decisão de emigrar há, normalmente, motivações econômicas, como alcançar um trabalho mais bem remunerado ou uma casa própria, economizar para ter uma velhice mais tranquila, dispor do próprio dinheiro para não depender dos maridos ou poder dar um futuro melhor aos filhos.

"Seria bom ficar fora por três ou quatro anos, tenho que economizar o máximo que eu puder. O

dinheiro que eu ganhar, irei destinar para a educação dos meus filhos, depois, para abrir um negócio e para reformar a casa da minha mãe", afirmou Marina, da Bolívia.

Tomada a decisão, chegam as decisões familiares, como com quem deixar os filhos, e as econômicas, já que, para viajar, as mulheres precisam recorrer tanto a suas economias quanto à ajuda de familiares e a empréstimos de entidades financeiras.

Para que a peruana Amparo pudesse viajar à Espanha, sua irmã vendeu seu carro e a emprestou o dinheiro conseguido: "fizemos um acordo para eu chegar lá, trabalhar e pagá-la todo mês".

Nos quatro países, as idas e voltas dos imigrantes contribuem de forma primordial para a economia. Na Bolívia e no Equador, superam o investimento estrangeiro direto, enquanto na Colômbia e no Peru representam entre 50% e 60% dele.

Mesmo que normalmente recebam salários menores que os homens, as mulheres enviam mais dinheiro e com maior frequência, não apenas contribuem com cerca de 60% das transferências, mas, além disso, destinam aproximadamente 40% do salário, enquanto os homens enviam apenas cifras próximas a 14%.

"Acho que nós mulheres mandamos mais dinheiro porque trabalhamos para poder mandar dinheiro, enquanto eles têm mais riscos e mais vícios", argumentou Sandra, da Colômbia.

O processo para regularizar a situação administrativa na Espanha costuma durar cerca de três anos, e, nos esforços para conseguir essa regularização, é preciso suportar, em muitas ocasiões, situações de exploração trabalhista, como as vividas por Daisy, do Equador.

"Meu marido me dizia: 'tenha paciência e aguarde pelos papéis que já irão te entregá-los'. Mas, claro, eu queria sair de onde estava porque trabalhava por cinco horas para a mãe e cinco para a filha. São dez horas por trezentos euros", contou.

O projeto de retornar a seus países parece estreitamente ligado à documentação, que lhes daria a possibilidade de retornar à Espanha caso a situação se complicasse.

Fonte: <http://br.noticias.yahoo.com/s/09112010/40/mundo-mulheres-andinas-na-espanha-desejo.html> - 09.11.2010

## ENGLISH

### Talk throws light on challenges facing refugee women in Canada

Invisible women, concrete barriers: those are the problems refugee claimant women in Canada face.

The status of refugee claimant women in Canada and how we, as Canadians, deal with their integration process will be the subject of an upcoming discussion at the Saint John Free Public Library in Market Square on Jan. 26.

Kirsten Van Houten, a former intern with the Invisible Women, Concrete Barriers (IWCB) project, recently finished a stint at the Halifax Refugee Clinic.

Van Houten also traveled to South Africa to conduct research for her Master's thesis on violence in the Democratic Republic of the Congo.

She will lead attendees in a discussion about the challenges refugee women face in accessing resources in their communities and how the IWCB project helped introduce change. Van Houten will also give discussion participants a profile of refugee women in Halifax.

"The idea of the project was to facilitate the access of these women and their children to resources in their communities and we did that through a variety of ways," Van Houten said.

The project's main activities included holding women's socials, developing a community resource guide for refugees and holding focus groups to find out what refugee women were looking for.

At the close of her talk, Van Houten will show attendees a short presentation she created with

some refugee women after asking them what their experience was like immigrating to Canada.

"I really hope that the presentation opens people's eyes to the challenges that face refugee claimants when they come to seek asylum in Canada," she said.

It is important to note that Van Houten was working specifically with claimant women, not convention refugees.

Convention refugees come to Canada and are pre-arranged as permanent residents, while refugee claimants have to make their claim when they arrive in the country and often serve a period in detention. The rights and access to services are also different between both types of refugees.

"The refugee claimants are in a more vulnerable situation then," Van Houten said.

"Once there's been time to process their claim, there's a hearing in front of the Immigration and Refugee Board and they listen to the refugee claimant's story and evaluate whether they feel this is indeed a person who is in need of protection."

Persecution these women face in their home country is based on religion, ethnicity and political affiliation.

"I think it would be really good for more Canadians to know why people come here as refugee claimants, what their back stories are, and I think it's also really relevant to start looking at what challenges refugee claimants face when they do arrive here."

Fonte: <http://herenb.canadaeast.com/news/article/1370270> - 21.01.11

### Passport, visa, virginity? A mother's tale of immigration in the 1970s

*More than 80 women coming from India and Pakistan were subjected to virginity tests on arrival in the UK, says a new report. Huma Qureshi's mother was one*

*Huma Qureshi*

It was 35 years ago, but my mother still remembers the day she arrived in the UK from Pakistan. My dad, like many men from the subcontinent, was already living and working here, a doctor in the NHS. Immigration rules meant my mum had been forced to wait a year before she was allowed to join him.

She stood in the immigration queue at Heathrow, impatient to get through and finally join her husband. Then, right there in the airport, at the order of UK immigration officials, she was subjected to a virginity test. Why? She has no idea.



"I went through immigration and then I was sent aside for a medical," she says. "They took me to a room. They asked me to undress and made me lie down, and then they did it."

My mum can't recall now whether the doctor was male or female, but she still remembers the deep embarrassment. "I was young. I went along with it. All I wanted was to get outside and join my husband. We were newlyweds and I couldn't wait to see him."

She never told my dad about it; she thought, or was given the impression, that it was normal procedure. "You forget about things when you start a new life. But when I think about it now, it was a violation of my rights."

A few other young Pakistani women, who had also been on her flight, were similarly taken aside for tests. "They were only asking the women who were travelling on their own to go to one side," she says. "It was embarrassing, and also it felt a little shameful."

Being forced to prove whether or not you are a virgin is degrading, humiliating and belittling. It happens in other parts of the world to some women on their wedding nights, when in-laws demand to see a blood-stained sheet the morning after; it happens in some Zulu tribes; and it happened two months ago during the Tahrir Square protests, when the Egyptian army rounded up 18 women, strip-searched them and then checked whether they had yet had sex.

So why were virginity tests happening at Heathrow airport, of all places, to young Asian women travelling on their own?

This week, a study by two legal academics in Australia, Dr Marinella Marmo and Dr Evan Smith, revealed that in the late 1970s, more than 80 south Asian women were ordered to have a virginity test. My mum was one of them.

At that time, immigration rules stipulated that an engaged woman coming to Britain to marry her fiancé within three months did not need a visa, whereas a bride (like my mum) required a visa in order to join her husband. If immigration officers suspected a woman was married, but was pretending to be engaged to avoid the wait for a visa, she would be taken away for an examination.

Although it was known before this week's report that Indian and Pakistani women arriving in the UK had been subject to virginity tests, it was not thought to be so widespread. In 1979, the Home Office admitted to just three tests (after initially denying the practice). Its admission came only after the Guardian reported the story of a 35-year old

Indian woman who was examined by a male doctor at Heathrow. Virginity testing was subsequently banned.

But while researching for a paper on immigration practices for an academic journal, Marmo and Smith, of Flinders University in Adelaide, found evidence of at least 81 cases of virginity testing in confidential Home Office files. Marmo says there may be many more. "We suspect that the documents extracted may well be the tip of the iceberg," she says. "We fear that many cases occurred."

The official documents never included the names of those tested. "This is quite distressing as it corroborates our argument that women were just seen as 'bodies' to be checked for sociopolitical purposes," says Marmo.

Marmo and Smith say the immigration officers justified the tests on the stereotype of south Asian women as "submissive, meek and tradition-bound" and on the "absurd generalisation" that Asian women were always virgins before they married. Their report says: "Even if this generalisation had some factual element to it, the practice of 'testing' virginity through an invasive medical procedure was still a major violation of the migrant woman's rights."

My mum didn't meet the stereotype of a "submissive" or "meek" south Asian woman back then, any more than she does now. She arrived in the UK with a master's degree in politics and strong-minded views, fluent in three languages, confident and excited about what the future here would hold. My parents had already proved their marriage to British officials, submitting the marriage certificate and my mum also already had a visa, allowing her entry into the UK.

So why, then, considering she had all the correct legal documentation required to enter the country, did she still have to go through this degrading test?

"I don't know," she says. "Maybe it was the colour of my skin and where I came from. They didn't do it to the women coming from Europe or Australia or America, did they? I suppose it was just to prove that they had power in their hands."

Marmo says she is shocked that a married woman, with a visa already in place, was subjected to a virginity test: "It opens up a new can of worms. There was no limit here, and it's even worse than expected."

The UK government is now under pressure to issue an apology to the Asian women subjected to these tests, although there is no way of knowing just how many there were, unless they come forward.

Like Marmo, my mum also suspects that many more than 81 Asian woman of her generation went through these apparently routine virginity tests. She hopes that by sharing her story, it will encourage other women to do the same, and expose the way in which the Home Office allowed migrant women to be treated.

Does she want an apology from the government?  
"Yes. I'd forgotten about it, because I thought it was

normal. But it makes me angry remembering it. I was naive then, I went along with it. But I came here lawfully, to join my husband who was contributing to the economy. We didn't deserve that sort of humiliation."

Fonte: <http://www.guardian.co.uk/lifeandstyle/2011/may/13/virginity-tests-uk-immigrants-1970s?INTCMP=SRCH> – 13.05.11

## Immigrants in isolation

*Women newcomers who feel alone can pull themselves out of seclusion with a little help from specialized programs*

*Sacha DeVoretz*

Despite living only three blocks away from Mount Pleasant Neighbourhood House (a centre in Vancouver that offers a range of resources and opportunities to children, youth, adults and seniors, including immigrants), Shaheda, a new immigrant from Bangladesh, lived in relative isolation for the first nine months after her arrival.

Shaheda is not alone. Women immigrants and newcomers living in seclusion is common, particularly for those with young children. They live within the confines of their homes, leaving only to tend to very basic life necessities for themselves and their children; this can go on for months and — in some cases — years.

### *Women isolated*

In the immigrant community this solitude is so prevalent among women that it is commonly understood that the three things women newcomers surround themselves with during this period of isolation are welfare, television and antidepressants.

Shaheda, who is married with two small children, had little support other than a neighbour and her husband. Her husband, educated as an accountant in Bangladesh, took a job at a local convenience store, and Shaheda stayed at home to look after their children. The stress of her husband's shift work and caring for her children contributed to the isolation she experienced, as she had no family or friends in Vancouver to provide relief and support.

One night her daughter became violently ill, vomiting blood and causing great concern for both Shaheda and her husband. They had applied for medical care, but hadn't yet been approved at this time. Fortunately, their friend who had helped them

previously intervened and he contacted 911 and called for an ambulance. After her daughter received care at the emergency, she received an invoice for the medical services at a cost of more than \$1,200.

Worried about the expense, Shaheda and her husband waited anxiously for a subsidy application for a period of eight months. Throughout this time, Shaheda felt as if she had no one with whom she could share her concerns. Shaheda was not familiar with how to access the resources that were available to her to start a successful life in Canada.

This sense of isolation affects immigrants and refugees alike. Lucia (not her real name) arrived at the Ontario/U.S.A. border crossing from Honduras. She arrived as a refugee with her two small children, one 10 months old and one two-and-a-half years old. Lucia had experienced domestic abuse and sought refugee status to get away from her violent ex-husband.

Even after safely arriving in Vancouver, as a result of the abuse she had experienced in Honduras she experienced post-traumatic stress disorder and suffered through a deep depression. Living with depression and the stress of her impending refugee hearing, Lucia lived in isolation with her children for her first 11 months in Canada.

Both Shaheda and Lucia encountered the daily stress of raising children coupled with the additional strain of starting a new life in this country. Blanca Salvatierra, community developer from the Mount Pleasant Neighbourhood House, states that women newcomers living in solitude "lack awareness of the resources and programs that are available to them."

Newcomers contend with poverty and language and cultural barriers. This unique mix of challenges

creates misery and isolation for many women arriving from other countries; they feel overwhelmed and are unaware of how to integrate into their new community.

#### *Programs to help: HIPPY Canada*

In Canada, there are, of course, programs and services to assist women who endure this solitude. Citizenship and Immigration Canada announced the start of a pilot project, called Practicing Citizenship, which is a collaboration between HIPPY Canada, HIPPY Britannia, Multicultural Helping House and MOSAIC, and is intended to support the involvement of newcomer women in Canadian society.

Debbie Bell, executive director of HIPPY Canada, says, "Over time, our organization has encountered many new Canadian women who felt isolated and unable to integrate ... This type of program, we hope, will encourage more women to overcome any forms of isolation and integrate into their community much sooner."

The HIPPY program (which stands for Home Instruction for Parents of Pre-School Youngsters) is a cost-effective family literacy strategy that is supported on four pillars: parents teaching children; role-play is used as the method of teaching; the educational activities are centred around a highly-structured curriculum; and parents teach parents. The program blends theory and skills for public participation with a guided opportunity to apply this knowledge to real-life challenges through community-based projects.

Programs similar to the Practicing Citizenship have helped newcomers like Shaheda and Lucia. The turning point for Shaheda, who was educated as a

teacher in her home country, was when a person she knew gave her brochure about the Community Literacy and Learning Circles (CLLC) program, a partnership between Mount Pleasant Neighbourhood House, Langara College and Frontier College. It is a groundbreaking program for immigrant women who want to expand their literacy and essential skills, and who want to learn about and contribute in organizing and leading a community-based project. By using this program she has strengthened her English skills, her confidence has soared and she has broadened her support circle.

Lucia now has refugee status in Canada and says a change occurred for her when she was offered a safe haven in a local Latino support group. Lucia states, "Seeing my children play with the other children from the support group was the turning point for me. I wanted to have a better life for my children and needed to survive."

The support group has been a stepping stone for Lucia who now recognizes that though there will still be challenges as a single immigrant mother in Canada, the problems "will be shared and I will not feel the stress of living in isolation in my head as two heads can solve problems together."

Salvatierra concludes, "Women will break through their fear, isolation and find motivation through programs such as Practicing Citizenship. These programs are very much needed to diminish this period of isolation for women newcomers and their children and encourage a faster integration to Canadian society."

Fonte:  
<http://canadianimmigrant.ca/settlingincanada/settlingin/article/8170#commentsArea> – 07.03

## **Famine refugees face increased violence, aid groups say**

*Lily Boisson*

Humanitarian organizations in the Horn of Africa say they've seen a dramatic increase in violence against women as more people make the journey to refugee camps in East Africa.

An influx of people at Hagadera, Ifo and Dagahaley camps, collectively known as Dadaab refugee camps, is also causing increased violence in the camps, according to aid agencies in the region.

A UNHCR report says sexual and gender-based violence against women in Dadaab has quadrupled in the past six months. This year 358 cases were

reported from January to June. Last year 75 cases were reported in the same time period.

Alexandra Lopoukhine of CARE Canada says women are especially vulnerable during the journey to the camps, when they often travel with only their few belongings and their sick children. It is then that many of them are robbed or sexually attacked.

"Women have told me about being raped on the way to the refugee camp," Lopoukhine says. "We're noticing a lot of trauma among the refugee population."

Lopoukhine, who has been in Dadaab for the past three weeks, says 80 per cent of the people arriving at the camps are women and children. Men often stay behind to tend to the remaining cattle or a sick relative. The spike in assaults is likely caused by an increase in the number of refugees making the journey to Dadaab, says Lopoukhine.

"Before January we saw two to three hundred people registering a day. Now it's in the thousands."

A report from CARE International states the number of reported cases of rape in the camps has more than doubled. Last year 66 cases of rape were documented by the agency from January to July, compared to 139 cases in the same time period this year.

CARE International implements many of the aid programs in Dadaab, including one-on-one counseling for victims of sexual violence.

#### *Increased risk in camps*

Equally distressing is the number of women facing the threat of violence in the camps, says Sinead Murray of the International Rescue Committee.

The IRC operates medical clinics and counseling centres in the Hagadera camp in Dadaab. Murray says they've also noticed an increase in sexual violence against women, particularly in the month of June.

Because land is scarce in the already overcrowded camps, new arrivals are forced to settle on the outskirts of the camp, leaving them vulnerable to attack.

These women are particularly at risk when they leave their homes in the camp to search for firewood.

"There's a fear of going to the bush because they think they are going to encounter violence," Murray says. "Many women say that there are men in the

bush and these men have guns and they're going to attack."

The search for firewood, which is used for cooking, can take all day.

Erin Patrick of the Women's Refugee Commission says the refugees are often competing with local residents for scarce resources.

"The local population also depends on firewood. It creates tension and increases the risk that women face when they leave the camp to collect firewood," says Patrick.

Programs to address the issue have been in place since the late 1990s, says Patrick. But they don't provide women with enough firewood.

#### *Social stigma*

Murray says the numbers don't tell the whole story. Many women don't report sexual assault because it comes with a stigma.

"Women conceal it to protect themselves from isolation from the community," Murray says. "Young women fear they won't be marriageable because they are seen as spoiled goods."

Those who do report being assaulted are often let down, says Patrick.

"There's a real lack of confidence in the judicial process ... the calculation for them just isn't worth it," Patrick says. She spoke with women in Dadaab who have seen their assailants go free after one night in jail.

But Murray is confident more can be done to help women in Dadaab.

"Right now we're focusing on letting them know about the resources available to them. We're handing out kits with whistles and flashlights," Murray says. "We want to reduce the opportunity for future violence."

Fonte: <http://www.cbc.ca/news/world/story/2011/07/25/f-dadaab-sexual-assault-women.html> - 25.07

## **A Victory for Domestic Workers**

Domestic workers -- nannies, housekeepers, and caregivers -- are some of the most exploited workers in the world. But a new international treaty has been adopted to help protect them, thanks in part to 10 years of Human Rights Watch research and advocacy. The treaty is the first of its kind.

The 50 to 100 million domestic workers worldwide often face a range of abuses, from long working hours with no days off to sexual harassment or violence from their employers. Many work for months without getting paid, or are not paid at all.

This landmark treaty gives these workers the dignity they are due and the same rights other

workers have under the law. This includes earning a minimum wage, a weekly day off, and limits to their working hours. It also obliges governments to protect them from violence and to monitor and enforce these provisions.

About 30 percent of domestic workers are girls, some of whom start working between ages 6 and 8, leaving them especially susceptible to abuse. Workers who have migrated from other countries also run a high risk of experiencing violence. The treaty addresses the vulnerabilities of both groups.

When we began investigating abuses of domestic workers throughout the world 10 years ago, almost no one was paying attention to the issue. Our research and advocacy, along with a growing domestic workers' rights movement, helped build widespread recognition of the problem.

We conducted investigations into the abuse of domestic workers in more than 15 countries. While investigating child domestic workers in El Salvador, Guinea, Indonesia, and Morocco, we found that some children start working at age 6 and work up to 16 hours a day, seven days a week. In Indonesia we found that only 1 of 45 child domestic workers interviewed was attending school.

In Malaysia, Singapore, Kuwait, Saudi Arabia, and other Middle Eastern countries, we found that on any given day foreign embassies often doubled as shelters for abused domestic workers filing complaints or trying to return to their homelands.

And in Lebanon, we uncovered a grim death toll. Domestic workers, all of them migrants, were dying at a rate of more than one a week -- generally from suicide or botched escape attempts from tall apartment buildings.

We have pressured governments to improve protections for migrant women, with some success.

Indonesia and Sri Lanka have improved monitoring of recruitment agencies and provide more services to domestic workers such as pre-departure training, assistance resolving labor disputes, and legal aid for criminal court cases. Guinea issued a new Child Code, which ensures better legal protection for child workers.

Kuwait, Lebanon, the United Arab Emirates, Bahrain, Saudi Arabia, and Malaysia are all considering reforms either by offering new laws on domestic work or amending existing labor codes. Lebanon has issued new regulations for employment and recruitment agencies, and

introduced a mandatory standard contract with provisions like a weekly day off.

But this was clearly a global problem, and we needed a global solution.

Three years ago, when the International Labor Organization (ILO) decided to consider new international standards on domestic work, we began a global advocacy campaign. We sent hundreds of letters to government labor ministers and met with dozens of government officials. We produced an educational video and a photo brochure with our main findings and recommendations, and held public educational events in Geneva and The Hague to build support for the treaty.

Last year, the ILO agreed to create a legally binding convention, to be ratified by countries that agree to be parties to it - to strengthen and enforce laws protecting domestic workers. We were closely involved in every step of the treaty negotiations, and we especially pushed for specific protections for migrant and child domestic workers, as their situations are particularly precarious.

We coordinated with workers' groups and briefed diplomats and employer groups, encouraging them to support the convention and key provisions. We engaged in heated debates over its content, such as the regulation of private employment agencies and the right of child domestic workers to education.

Governments told us that they used our materials to brief their own labor ministries and that they relied on our recommendations to propose amendments during the negotiations.

Of 475 votes cast by governments, workers, and employers, 396 delegates voted for the convention, 63 abstained, and only 16 voted against it. In addition to extending basic labor rights to all domestic workers, the treaty requires governments to set a minimum age for domestic work and to provide girls with access to education, along with other protections. To protect migrant workers, the treaty requires governments to regulate employment recruitment and to investigate abuse complaints.

Human Rights Watch will press governments to ratify this landmark treaty as soon as possible and to bring their national laws in line with it.

Fonte: <http://www.hrw.org/en/news/2011/06/23/victory-domestic-workers?tr=y&aid=8558215> - 23.06.11

## The Word on Women - Women Seeking Refuge In Africa – Highlighting The Challenges And Finding Solutions

Massan d'Almeida

Conflict, violence, famine and natural disasters are just a few reasons why women are forced to flee their homes and become displaced. To better understand the situation of women refugees and internally displaced women in Africa, AWID interviewed Yifat Susskind, MADRE's Executive Director.

Women have few options when they are displaced by famine or war. While some can go to family and friends, most seek refuge in camps according to Caroline Toe, Gender Focal person, Foundation for Human Rights and Democracy (FOHRD). They face a multitude of challenges including marginalization, shortage of food and safe drinking water, poor sanitation and health care and lack of security.

*AWID: What is the difference between women refugees and internally displaced women?*

Yifat Susskind (YS): Women refugees are women who flee their homes and cross international borders. By crossing international borders, they have the right to protection from the states into which they move and from the United Nations (UN) and its agencies. Internally displaced women are women who flee their homes and relocate to another area within their country's borders.

But despite differences in definition and international protection, refugee women and internally displaced women face similar challenges. Most are forced to walk miles in search of safety. Along the way, many women experience violence and sexual abuse or are robbed of the few possessions they carry. Women often reach refugee camps traumatized after long journeys from their homes and devastated by the disintegration of community ties.

In the long term, both women refugees and internally displaced women face ongoing challenges. In communities stretched for resources, many go without health services and have no way to make a living. Without money, many children are often unable to go to school and women and their families are unable to return home.

*AWID: Are there statistics on the number of women refugees and internally displaced women in Africa?*

YS: It is hard to say how many women have been displaced across the continent, because many

crises, including the famine in the Horn of Africa, are ongoing. Additionally, data that is not disaggregated by sex, or that lumps together statistics on women and children obscures the gendered impact of crisis and disaster. Without this data, few policies acknowledge that women are often disproportionately affected in times of crisis.

We do know that some 1.5 million Somalis are now displaced due to the famine. According to the UN approximately 80% of refugees arriving at the Dadaab refugee camp in northeastern Kenya are women and children; often men will stay behind to tend to livestock or other responsibilities.

*AWID: Where do women go when they have been displaced and what are some of the challenges that they face?*

YS: Many women and their families seek refuge in displacement camps, which are often run by international agencies and are one of the few places where women can find life-sustaining resources and a measure of safety.

When I was in Kenya last month, I met with Hubbie Hussein Al-Haji of our sister organization Womankind Kenya. She told me how her organization, working in the communities of northeastern Kenya, has mobilized to provide emergency food and water for Somali women and families fleeing the famine across the border. The need is immense, as thousands of new refugees arrive each day. So we have been hard at work to ensure that Womankind Kenya has the resources they need.

Hubbie also told me the story of Amina, who trekked from Somalia to Kenya, knowing the journey would be long and dangerous. Amina was forced to make a heartbreaking decision—leaving behind a child too malnourished to make the week-long trek to the relative safety of a refugee camp. But that was the only way she could find water and food for her remaining children. She is one of many mothers escaping famine-stricken Somalia who have faced this horror. Families like Amina's arrive in the camps of Kenya literally starving and deeply traumatized by the grief of having buried their children.

*AWID: What is the situation of women refugees and internally displaced women in refugee camps in Africa?*

YS: These displacement camps are overcrowded, sprawling temporary settlements. In times of acute crisis, when the number of displaced persons skyrockets, these camps struggle to provide the resources to meet the escalating need. Many women and their families are forced to settle on the outskirts of camps, where they cannot access much-needed food, water, shelter or other humanitarian aid.

This is where the support of community-based organizations is essential – for women and families unable to access resources in the camps. Our partners make sure that these families do not slip between the cracks, and give them vital aid like food and water.

*AWID: What are some of the factors that affect women's security, physical integrity and health in refugee camps?*

YS: Overcrowding and lack of security and lighting make displacement and refugee camps extremely dangerous for women and girls. Shoddy tents and shelter mean women and girls are not adequately protected from rapists and bandits. Without lighting in the camps, women and girls making trips to the bathroom in the night are vulnerable to attack. Uprooted from their homes, community ties that protect women and girls in these dangerous settings are almost nonexistent. Inadequate sanitation infrastructure causes water to be polluted, and in overcrowded areas, water-borne diseases spread quickly. Absence of women's health services also means pregnant and breastfeeding women cannot access necessary care.

In order to safeguard women from violence in camps, camp design needs to take into account gender-specific needs. Ensuring that bathrooms are not far away from shelters or that private showers are provided for women can help combat sexual violence. Women in refugee camps also need counseling services that acknowledge and work through traumatic experiences, as well as gender-sensitive medical care, especially for pregnant or breastfeeding women.

Aid distribution often overlooks women when they focus on male-headed households or ignore cultural constructs that prohibit women from leaving their homes to obtain aid. We saw this in the aftermath of the 2010 floods in Pakistan. When it comes to identifying the particular challenges women face in the particular countries and cultures in which they live, no one knows these challenges better than the women themselves. This is why the work of grassroots women's organizations is so

important. With their local ties and community networks, they are able to address needs that larger aid agencies overlook.

*AWID: Is it true that women refugees and internally displaced women encounter biases in host countries?*

YS: Certainly, discrimination is a very real challenge faced by women refugees and internally displaced women. This can emerge from fears that the host country will not be able to sustain such a large influx of refugees or that there will be competition for resources.

But there is another side to the story. Hubbie told me how local communities in northeastern Kenya are working hard to offer food and water to Somali refugees. These communities have also been hard hit by drought, but they are making sure that refugees have the resources to survive. Womankind Kenya comes from these communities and they have been leaders in this outpouring of generosity.

*AWID: How do humanitarian and relief organizations make use of UN Security Council Resolutions 1325, 1888 and 1889?*

YS: These UN Security Council Resolutions brought attention to the necessity of integrating women's voices and a gender perspective into reconstruction and resettlement. They aim to protect women and girls from sexual violence in conflict and post-conflict settings and work to amplify women's voices in decisions about policies that affect their lives.

Since these resolutions were passed there has been more awareness about the specific needs of refugee and internally displaced women, but not enough. Around the world, women are still largely excluded from decision-making and post-conflict reconstruction.

In addition, the principles of these resolutions should be extended to address the needs of women after a disaster. Both violent conflicts and devastating disasters trigger displacement, loss of access to basic services and the undermining of communities. And in both cases, we need women's voices in deciding how to rebuild communities. By applying these resolutions to post-disaster settings, we can help promote gender equality in reconstruction.

*AWID: Are there examples of sustainable responses that enhance the capacity of women*

*refugees and internally displaced women to provide for their families?*

YS: MADRE knows that partnering with refugee and internally displaced women to meet urgent needs is the best way to achieve a sustainable solution to the threats they face. Sustainable solutions start within local communities. That is why we work with grassroots women's groups who know well the best solutions for their communities and who can sustain these efforts long after the international aid organizations have left.

In the short-term, providing women and their families with emergency food and water, as well as medical care and counseling, is the first step

## ESPAÑOL

### **Con velo islámico no hay trabajo. La bolsa de trabajo para musulmanes debería remediarlo**

*Numerosos casos registrados en Alemania demuestran que mujeres musulmanas son víctimas de discriminación a la hora de buscar trabajo. Un portal de internet busca remediarlo.*

La libertad de creencia en Alemania es un derecho fundamental protegido por la Constitución. Nadie tiene derecho a discriminar a una persona por sus creencias religiosas. Sin embargo, numerosos casos registrados en Alemania demuestran que mujeres musulmanas son víctimas de discriminación a la hora de querer ingresar al mercado laboral.

Dónde se han registrado más casos de discriminación, han sido en las áreas en las que más cualificación es requerida y aquellas en las que demandan contacto con clientes. Desde hace poco, existe en Internet una bolsa de trabajo para musulmanes. Mujeres con velo esperan que por este medio sea más fácil encontrar un trabajo. En cambio, no todas las mujeres en la misma situación consideran buena idea este portal.

#### *Discriminación por portar velo*

Estas mujeres cuentan con un buen dominio del idioma alemán, están cualificadas y sin embargo, no encuentran trabajo. Es una realidad que mujeres musulmanas con velo se sientan discriminadas a la hora de querer incorporarse al mercado laboral alemán.

El caso de Gül Duman, una educadora turca, es el más representativo. Gül Duman nació y creció en la ciudad de Colonia y terminó con éxito sus estudios técnicos como educadora. Con 35 años

toward rebuilding healthy communities. And these women are not just receiving aid, they are integrally involved in identifying what is needed in their communities and the way aid is distributed.

In the long-term, women must be included in policy-making related to reconstruction. This is an indispensable way to guarantee that policies meet the needs of the most vulnerable and that reconstruction efforts respect women's human rights and reflect women's priorities.

Fonte: <http://www.trust.org/trustlaw/blogs/the-word-on-women/women-seeking-refuge-in-africa-highlighting-the-challenges-and-finding-solutions> - 18.10.11

de edad, comenzó a enviar innumerables solicitudes de empleo sin obtener en un principio, respuesta alguna. Con la invitación a una entrevista de trabajo, Duman recuperó la esperanza de ser contratada. En un determinado punto de la entrevista, dan por terminada la conversación.

"Por último me preguntan si estaría dispuesta a trabajar sin velo. Como les dije que no, la entrevista se dió por terminada y me regresaron mis papeles", explica Gül Duman.

Wiltrud Meyer ha escuchado muchas veces sobre estos casos. Meyer capacita en diversas áreas, a mujeres musulmanas en Colonia. Constantemente escucha historias sobre las dificultades por las que atraviesan las alumnas a la hora de solicitarse para un empleo.

"El año pasado se supo del caso de una joven, que trabajó durante seis meses en una tienda de descuentos. A pesar de que le pagaban muy poco, hacía bien su trabajo. Su jefe le propuso un ascenso con contrato fijo, siempre y cuando trabajara sin velo", comenta Meyer.

#### *Bolsa de trabajo para musulmanes*

En los sectores en donde el salario es bajo, el velo no representa un obstáculo para conseguir empleo. Pero una vez que se trata de ascender de puesto, el tener cubierta la cabeza con un velo, representa



un problema. Muchas veces las dificultades comienzan desde que se solicitan para un empleo. Documentos con fotografía de las mujeres musulmanas con velo, merman la posibilidad de conseguir trabajo. Principalmente en las áreas en las que se tiene un mayor contacto con la gente. Este tipo de historias motivaron a Imen Jemili y Ramzi Brini a crear en abril del 2010 un sitio de internet que serviría como bolsa de trabajo para musulmanes.

"Este sitio de Internet no está dirigido solamente a musulmanes. En un inicio se creó para ayudar a los musulmanes que han sido víctimas de discriminación debido a sus creencias religiosas", aclara Imen Jemili.

Las musulmanas que buscan trabajo pueden poner un anuncio en el portal de Internet y realizar su búsqueda en empresas que contratan a mujeres con velo.

Por otro lado, los empleadores tienen acceso a personal, el cual contribuye a sensibilizar la cultura del empleo.

Practicar la religión significa para muchas mujeres musulmanas, portar velo también en las horas de trabajo. De igual forma, las horas de rezo son un factor importante para los musulmanes que buscan empleo. No todos los supervisores entienden que el trabajo deba ser interrumpido en las horas de rezo.

Inmediatamente después de haber terminado sus estudios, Ramzi Brini consiguió trabajo como informático en un banco alemán. Un contrato fijo bien pagado. Pero la tarea de desarrollar un software para trabajar intereses, estaba en contra de las creencias religiosas del joven de 28 años. En lugar de crear un software para trabajar intereses, ideó un programa para servir como bolsa de trabajo. Brini aclara que no recibe ningún pago, el objetivo principal es ayudar.

## **Ayuda a las mujeres del Centro de Misericordia de Mott Haven**

El Centro de Misericordia (o Mercy Center, en inglés) de Mott Haven, en El Bronx, es un importante integrante de la familia de casi 100 organizaciones comunitarias que forman parte de la Hispanic Federation. Se trata de una entidad comunitaria que presta servicios necesarios a las mujeres de esa zona de la Ciudad de Nueva York, cuya población es mayoritariamente hispana.

"El Centro de Misericordia se fundó en 1990 con la idea de combatir la violencia que existía en el sur

### *Aceptar a las personas tal y como son*

En la lucha por lograr que el mundo moderno del empleo y el ejercicio de la religión convivan en armonía, el uso del velo sigue siendo el principal motivo de discriminación que sufren las mujeres musulmanas. John Mukiibi, de la oficina de antidiscriminación, de la organización "El público en contra de la violencia" en Colonia, considera que el portal del empleo para musulmanes es una reacción en contra del trato desigual.

"En nuestras oficinas de asesoría, se es testigo de casos en los que un apellido extranjero o el portar velo, impiden a mujeres conseguir empleo. Existen diferentes estudios que prueban, que a los musulmanes se les discrimina en el mercado laboral. Es por eso que veo la creación de un portal de Internet, que funciona como bolsa de trabajo para musulmanes, como una reacción que debe ser tomada en cuenta. La gente intenta con sus propios medios y con su propia red, conseguir entrar al mercado de trabajo y ser competitivo", opina John Mukiibi.

Comentarios de mujeres en Facebook y en blogs demuestran que el portal "muslimjobs.de" es bien aceptado entre las mujeres que usan velo. No obstante, hay hechos que comprueban lo contrario: Gül Duman porta velo y logró conseguir una entrevista de trabajo sin ayuda del portal para musulmanes. Ella considera que este portal de Internet tiende a restringir. Ella espera que todos los miembros de la sociedad la acepten tal y como ella es.

¿Un portal de trabajo sólo para musulmanes? "No tienen por qué ser así. Lo que para mí tendría un mayor significado es que la comunidad musulmana se apoye mutuamente", concluye Duman.

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,15531158,00.html> - 16.11

del Bronx en general, y específicamente en el área de Mott Haven", comenta Judit Criado, directora de los Programas de Educación de ese centro. "Nuestro objetivo es ayudar a las mujeres inmigrantes y a sus familias a través de diversos programas de educación".

### *Énfasis en la educación*

Entre los programas a los que se refiere Judit Criado figuran las clases para madres y padres

("parenting", en inglés); las de manejo de la cólera, de yoga y de administración del dinero; y las de introducción a las computadoras; así como las capacitaciones; la ayuda a los niños en sus estudios, los campamentos de verano y las actividades después de clases.

"Uno de nuestros programas más necesitados, requeridos y demandados por la comunidad es el de las clases de inglés como segundo idioma", apunta la directora de los Programas de Educación de la agencia. "Tenemos más de 500 estudiantes que pasan anualmente por el centro, una variedad de niveles y una serie de programas diferentes dentro de las propias clases, desde las clases didácticas normales entre el profesor y los estudiantes hasta las clases de conversación y con videos, con los cuales los estudiantes pueden perfeccionar mucho más sus conocimientos auditivos".

En Mercy Center también se llevan a cabo sesiones de manejo de la cólera, que en otros contextos se conoce como "control del enojo" o "anger management", en las que los participantes analizan sus comportamientos y practican maneras no violentas de relacionarse con los demás.

#### *Situaciones de emergencia*

Una de las esferas en las que el Centro de Misericordia ha tenido que redoblar esfuerzos es la de la inmigración. La organización cuenta, por ejemplo, con los servicios de una abogada especializada que presta ayuda gratuita a los clientes en el local del centro.

La agencia ofrece también ofrece varias veces por año talleres de ayuda y preparación para posibles redadas policiales o de las autoridades de inmigración.

"Les explicamos a los participantes en esos talleres, por ejemplo, para el caso de que llegue la policía o inmigración a su casa, qué es lo que tienen que verificar antes de abrirles la puerta", detalla Judit Criado. "Deben verificar que tengan una orden de registro o una orden de arresto, y que esa orden esté firmada realmente por un juez.

Con eso hemos podido prevenir muchos arrestos innecesarios".

"También recomendamos que estén preparados para un posible arresto de inmigración", agrega, "Que estén preparados para lo que vaya a pasar con sus hijos y que tengan un plan en el caso que eso pase. Los ayudamos con cualquier poder que tengan que escribir o hacer para sus hijos en el caso de que ellos sean arrestados y alguien tenga que cuidar de los hijos".

#### *Para los niños y niñas*

En los meses de julio y agosto, el Centro de Misericordia ofrece a los niños de Mott Haven la posibilidad de participar en campamentos de verano. Se trata de campamentos de cuatro días por semana, en los que los niños dedican la mitad del tiempo a actividades educativas y la otra mitad al ejercicio y la recreación, como ir a la piscina, montar a caballo, etc.

"También tenemos actividades durante el año para niños o para los hijos de las mujeres que asisten a nuestros programas, desde coros de música hasta sesiones de charlas, que en inglés llamamos "girl talk", para niñas que quieren hablar de temas relevantes para su edad", agrega la Directora de los Programas de Educación del Mercy Center.

#### *Grupos de espiritualidad*

En el Centro también se realizan reuniones semanales de los grupos de espiritualidad, cuyo objetivo, según Judit Criado, "es descubrir cómo el Creador trabaja dentro y por medio de uno para brindarle paz y vida".

Además, la organización ofrece clases de respiración y meditación para ambos sexos, en las que se explora una variedad de técnicas de meditación para ayudar a nutrir el espíritu, relajar el cuerpo y calmar la mente, y el Programa de Capacitar, para mujeres exclusivamente, que tiene como meta sanar y transformar el dolor o el estrés en ellas, en sus familias o en su comunidad.

Fonte:

<http://www.impre.com/eldiariony/noticias/comunidad/2011/10/20/ayuda-a-las-mujeres-del-centro-278188-1.html> - 20.10.2011

## **“Nos dicen ‘estas bolivianas son animales’**

*El derecho a la salud y a la salud sexual y reproductiva es uno de los temas más conflictivos para las comunidades migrantes. Un informe delinea el panorama en el que uno de los grupos migrantes más numerosos en Argentina, las mujeres bolivianas en edad reproductiva, accede a la atención pública de su salud.*

*Cynthia Eisenberg*

'Para nosotras parir con dolor tiene un significado muy grande, es el binomio, que está muy junto, muy intrínseco entre madre e hijo. Entonces por ejemplo: cuando ya estás por parir y te pasan el Pervinox y te dicen 'te vamos a hacer un tajito', nosotras decimos, 'bueno sí, sí, sí, doctora', no decimos nada, vamos y parimos en el baño, como sabemos, una mano sostenida, una mano al bebé y parimos. Bueno, eso también está tildado como 'uy, estas bolivianas son animales, van y tienen sus bebés en el baño'.

El testimonio pertenece a una mujer boliviana y conjuga en pocas líneas la realidad que enfrentan muchas migrantes al acceder a los servicios públicos de salud y salud reproductiva de Argentina. Un escenario en el que la certeza sobre la igualdad de derechos que promueve la ley sigue coexistiendo con formas sutiles y a veces no tan sutiles de discriminación, agravadas por la escasez de recursos que enfrentan los hospitales y centros de salud pública del país.

El informe Salud y migración internacional: mujeres bolivianas en Argentina (pdf), elaborado por la socióloga Marcela Cerruti, con el apoyo del Fondo de Población de las Naciones Unidas (Unfpa), se enfoca en la salud de uno de los grupos migrantes en crecimiento en el país, las mujeres bolivianas en edad reproductiva.

Se llevó a cabo en las zonas de mayor concentración de población migrante boliviana, la zona fronteriza de la provincia de Jujuy por un lado y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y el Gran Buenos Aires por el otro; zonas que, aún con características propias, comparten rasgos comunes: la prevalencia de brechas culturales, diferentes grados de xenofobia y un gran desconocimiento de la cultura migrante por parte de los profesionales de la salud.

### *Conocer para planificar*

¿Cuál es el primer paso para mejorar la atención de la salud de las poblaciones migrantes? Para Cerruti es fundamental conocer a las pacientes y sus necesidades más urgentes y así elaborar estrategias efectivas. En esta dirección aporta datos concretos y cifras que revelan el estado de la creciente feminización de la migración boliviana en Argentina y aporta coordenadas para orientar la acción.

Según estadísticas de la Dirección Nacional de Migraciones, en el primer trimestre de 2011, los bolivianos y bolivianas representaron más del 30 % de las radicaciones totales en Argentina. Paralelamente, a partir del año 2001 el número de

mujeres bolivianas residentes en Argentina pasó a equiparar al de varones, superándolos en la zona fronteriza. De las migrantes que arribaron al país, más de dos tercios en Jujuy y más de la mitad en CABA, fueron madres entre los 20 a 24 años y el 94 por ciento de ellas lo hizo estando en pareja. Las mujeres de Bolivia tienen el doble de hijos que las argentinas y cuatro de cada diez madres bolivianas nunca buscó quedar embarazada.

En general, transitan su embarazo en condiciones precarias de trabajo y vivienda y menos de la mitad completa los controles prenatales básicos; sin embargo dan a luz niños de mayor peso que las argentinas y con escasas complicaciones al nacer: "En la amplia mayoría de los casos, los partos no presentan dificultades, ni para las madres, ni para los niños mientras que el 6,9% de los recién nacidos de madres argentinas tienen bajo peso al nacer, la proporción entre los neonatos de madres bolivianas es de 2,2%", afirma Cerruti.

Esta paradoja podría adjudicarse, entre otras cosas, al bajo índice de fumadoras que presenta esta población (solo el 4,4% de las mujeres bolivianas fumaba durante el embarazo, cinco veces menos las argentinas).

En cuanto a la atención sanitaria las migrantes bolivianas tienen como único que oscila entre el sistema de contención la salud pública. Solo una minoría, puede recurrir a otro tipo de servicio, a través de una obra social y el 15%, o de medicina prepaga.

### *Médicos, médicas y pacientes*

'La sensación es de todos, de que no queremos que vengan, de que 'Uh, que vienen de Bolivia, que por qué no se van a Bolivia'. Sí, todos decimos lo mismo'.

'El testimonio de este médico de Jujuy ejemplifica uno de los problemas más graves entre los que afectan la calidad de la atención. La ley 24871 de Migraciones establece el derecho al acceso, no discriminatorio, del inmigrante y su familia a los servicios de salud. Si bien está claro que la atención no puede negarse u obstaculizarse, entre algunos médicos, médicas y trabajadores de la salud persisten ciertas actitudes xenófobas', afirma Cerruti.

A la desvalorización de las pautas culturales se suma, particularmente en los servicios de salud reproductiva, la noción de ilegitimidad del derecho al acceso al sistema de salud, circunstancia que se agrava por la crisis presupuestaria, edilicia y de recursos en la que esta sumido el sistema de salud en general.

Para los profesionales que intentan mejorar la atención de la comunidad migrante existen otras barreras: 'De la población a la que asistimos, debe ser en la que encontramos mayores dificultades. Porque en realidad no sabemos si es que no nos entienden, porque no nos contestan y vos no sabés si no te dan una respuesta porque no te la quieren dar o porque no entienden lo que uno está preguntando. Es una población en la que el interrogatorio se hace difícil', dice un médico de la CABA.

#### *Salud sexual y reproductiva. Integrar y capacitar*

'Si uno habla de ligaduras, lo tienen que consultar con el marido; si sugiere anticoncepción, tienen que tener la aprobación de la pareja. Culturalmente son menos independientes, menos autónomas en decisiones, la mayoría.' Como afirma esta médica de la Ciudad de Buenos Aires, el estudio indica que las mujeres bolivianas tienen escasa autonomía sobre las decisiones reproductivas por el machismo reinante y que es el varón quien maneja en general la sexualidad de la mujer y la planificación familiar.

En este contexto fuertemente patriarcal, un poco por comodidad y porque puede usarse sin que el marido se entere, el método anticonceptivo preferido por las migrantes es el inyectable que se aplica una vez al mes. Cuando el hospital se queda sin estos anticonceptivos resulta imposible suplantar el método por otro más accesible, como el preservativo, porque implica la aceptación del varón.

Para algunos médicos y médicas la solución radicaría en incorporar al varón en la planificación familiar y las políticas de salud reproductiva. En la opinión de una de las profesionales de la salud que cita el informe: 'Podemos tratar de llegar con políticas de educación sexual a la mujer, pero si no integramos al esposo se hace difícil que se cumpla. A veces los planes se editan para la cultura argentina y no se toman en cuenta estos detalles'

### **La ruta de las que serán violadas**

*Las inmigrantes centroamericanas con rumbo a EE UU saben lo que les espera en México - Un anticonceptivo inyectable simboliza su sufrimiento*

*Carlos Salinas Maldonado*

Del sufrimiento de las migrantes centroamericanas que deciden marcharse hacia Estados Unidos sabe muy bien Marcela Zamora, una cineasta

#### *Atendiendo las diferencias. Estrategias de acción*

El estudio destaca iniciativas aisladas, estrategias individuales fruto de grandes esfuerzos por parte de algunas instituciones y trabajadores de la salud que se proponen achicar la brecha para mejorar la calidad de la atención. Tal es el caso de la incorporación de sillones de parto que permiten el parto en cuclillas, una práctica tradicional entre las madres bolivianas. Como explica una médica de CABA :' A raíz de que las bolivianas parían en cuclillas, empezamos a trabajar sobre el parto en cuclillas. Se les ofrece a todos, pero en general la comunidad boliviana es la que lo usa bastante. Nosotros les decimos que se pongan como quieran al momento de parir'.

En cuanto a iniciativas de capacitación en salud y salud reproductiva podrían destacarse las acciones de los profesionales que van al encuentro de la comunidad migrante fuera de los centros de salud, a través de organizaciones de migrantes, escuelas o en otros lugares de reunión de la comunidad. 'Pero a pesar de los esfuerzos por optimizar la atención, el nivel de frustración de los médicos y médicas sigue siendo importante' afirma Cerruti.

¿Es posible entonces elaborar estrategias que garanticen la igualdad de derechos que establece la ley? Para la socióloga la respuesta es afirmativa, pero señala la importancia del trabajo conjunto y la intervención de ambos estados: 'Garantizar y promover la igualdad en la diferencia es un problema del Estado, por lo que deben diseñarse estrategias de carácter institucional. Sin embargo es necesario que el diseño e implementación de estas estrategias no sean solo cuestión del Estado argentino, sino fruto de un trabajo en conjunto, en el que el Estado boliviano y las organizaciones de inmigrantes trabajen codo a codo con los actores locales para promover el bienestar de su comunidad'.

Fonte: <http://periodismohumano.com/mujer/nos-dicen-estas-bolivianas-son-animales.html> - 07.07.2011

salvadoreña de origen nicaragüense que cuatro veces hizo y deshizo el trayecto que día a día recorren miles de centroamericanos con la esperanza de cruzar la frontera hacia el llamado

sueño americano. Se trata de una angustiosa travesía por México de 5.000 kilómetros, en la que las mujeres centroamericanas padecen todo tipo de abusos.

Esas historias incluyen maltratos y violaciones, por los que estas mujeres, antes de dejar sus países, toman sus precauciones: muchas se inyectan Depo-Provera, un compuesto anticonceptivo de una sola hormona llamada medroxiprogesterona que impide la liberación del óvulo durante tres meses con una eficacia hasta del 97%. Este medicamento es vendido libremente en las farmacias centroamericanas. Algunos expertos han llamado al Depo-Provera la "inyección anti-México".

La mayoría de las personas que dejan Centroamérica para intentar llegar a EE UU son mujeres: son el 57% de los migrantes de Guatemala y el 54% de El Salvador y Honduras, según la Mesa Nacional para las Migraciones de Guatemala. Marcela Zamora cuenta que el uso de esta inyección es relativamente nuevo. En sus primeros viajes, Zamora vio que las mujeres llevaban condones, su única protección ante el abuso al que son sometidas por los llamados coyotes o polleros, las autoridades mexicanas o los bandidos que asaltan a estas mujeres y abundan en el recorrido.

Los preservativos son como amuletos a los que se aferran muchas centroamericanas. "Una mujer en la Casa del Migrante de Guatemala tenía en su bolsa como única pertenencia 12 preservativos", cuenta Argan Aragón, un especialista en migración que ha hecho el recorrido de los migrantes y se está doctorando en Sociología en La Sorbona. "Cuando se le preguntó por qué los llevaba, respondió: 'Es que yo sé a lo que voy'. Realmente saben a lo que van. Se estima que entre seis y ocho de cada 10 mujeres centroamericanas son violadas en su paso por México", asegura Aragón.

Conscientes de que no pueden evitar ser violadas, las migrantes centroamericanas deciden inyectarse Depo-Provera, así, al menos evitan quedar embarazadas producto de las violaciones. Aunque eso no las previene de enfermedades como el sida, advierte Zamora. La cineasta recuerda que en Chiapas, al sur de México, conoció la historia de un hombre que era el terror de las centroamericanas. Supuestamente portador del VIH, violaba a las mujeres impunemente. "Cometió los crímenes durante año y medio", cuenta Zamora, hasta que las autoridades de México lo detuvieron.

Además de usar Depo-Provera, las centroamericanas han optado por buscarse

"maridos" en el trayecto, continúa la directora. Se unen a grupos de hombres migrantes como ellas, escogen uno y llegan con él a un acuerdo simple: protección a cambio de relaciones sexuales durante el trayecto. Otras usan su cuerpo como boleto de viaje para llegar a EE UU. "El sexo se vuelve una estrategia para ellas. Algunas cuentan que piensan librar controles de las autoridades migratorias o policiales, librar asaltos, hacerse ayudar durante el viaje o irse con un camionero de frontera a frontera, a cambio de favores sexuales", explica Aragón.

Y muchas lo logran, afirma este sociólogo. "Muchas hondureñas se visten muy sexi durante el viaje (con escotes y minifaldas), para seducir y así ir pasando los obstáculos. Conocí a una niña muy guapa, que viajaba con pollero y con toda su familia, que tenía que ir haciéndose novia de un chavo autóctono en cada camión para que la policía no le pidiera papeles a ella. También tendría que acceder a lo que le pidiera cualquier autoridad, y también se le entregaba al pollero. No sé cómo llegó a Los Ángeles, si es que llegó, pero esto ha de haber alterado su percepción de sí misma y de la de sus padres, con quien viajaba", dice Aragón.

El maltrato también viene de parte de las autoridades mexicanas, asegura Sara Lovera, periodista de ese país que ha estudiado el fenómeno. "Nadie se hace cargo de las migrantes. Ellas sufren una enorme cadena de violaciones a sus derechos humanos, y la extorsión es una de las cosas más terribles: para dejarlas pasar por México, el pago es el sexo para las autoridades", explica Lovera.

La cineasta Marcela Zamora agrega a la lista de vejaciones la extorsión a la que están sometidas por Los Zetas, la organización criminal mexicana que siembra el terror en todo el país y el norte de Centroamérica. Los Zetas, explica, secuestran a los migrantes que cruzan México y exigen a sus familiares el pago de altas sumas, que muchos no pueden entregar; si no pagan, son asesinados.

En su documental María en tierra de nadie, Zamora entrevista a una migrante que fue capturada por Los Zetas. La mujer, entre llantos, contó a la cineasta que a cambio de dejarla con vida, le exigieron que trabajara durante un mes como cocinera y empleada de un "carnicero": "Es el que mata a las personas que no tienen a nadie que responda por ellos. Destaza a la gente, los mete en un barril y les prende fuego", cuenta la mujer. "Adaptarse a esa realidad es ahora inyectarse el Depo-Provera", dice el sociólogo Argan Aragón. "Ante la absoluta desesperación e

incertidumbre del viaje, las mujeres tratan de controlar lo poco que depende de ellas. Las migrantes saben que van a tener relaciones sexuales, que es muy probable que los hombres,

aun en caso de relación sexual sin resistencia, no aceptarán ponerse el preservativo".

Fonte:

[http://www.elpais.com/articulo/sociedad/ruta/seran/violadas/elpepisoc/20111114elpepisoc\\_5/Tes](http://www.elpais.com/articulo/sociedad/ruta/seran/violadas/elpepisoc/20111114elpepisoc_5/Tes) - 14.11.2011

## Un tercio de mujeres explotadas sexualmente son inmigrantes sin papeles

Un 32 por ciento de las mujeres que son explotadas sexualmente en España por las redes que trafican con personas son extranjeras en situación irregular. Este es uno de los datos del balance de la lucha contra la trata con fines de explotación sexual correspondiente al año 2010 avanzado por la secretaria de Estado de Igualdad, Bibiana Aído, durante la inauguración de un seminario de trabajo sobre esta forma de esclavitud promovido por la Defensora del Pueblo, María Luisa Cava de Llano, quien prepara un informe monográfico para presentarlo al Parlamento a finales de año.

Según ha explicado Aído, cuyo gabinete destina dos millones de euros anuales a subvencionar programas de atención integral a mujeres que han sufrido trata, durante el año pasado se realizaron 2.344 inspecciones policiales, se desmantelaron 335 organizaciones y fueron identificadas 1.641 víctimas, de las que un 92 por ciento eran mujeres y niñas. Un año antes cayeron 158 redes y se identificaron 1.300 víctimas, conforme ha señalado.

La secretaria de Estado ha destacado que además de la lucha policial y reformas legislativas como la tipificación de la trata en el Código Penal acometida en 2010 o el Plan Integral de Lucha contra la Trata con fines de explotación sexual es imprescindible la sensibilización social para acabar con la trata de personas.

Asimismo, la secretaria de Igualdad ha enfatizado en la necesidad de erradicar los anuncios de prostitución en la prensa por su "probada relación con las redes de trata", un asunto para el que ya cuenta con el respaldo de los grupos parlamentarios y que espera resolver "en los próximos meses", después de que el Consejo de Estado diera luz verde a la posibilidad legal de prohibir su publicación.

Por su parte, Cava de Llano, ha incidido en que la explotación "preocupa en todas sus vertientes", tanto en lo que respecta a comercio sexual como a explotación laboral o de menores "incluso a cargo de sus padres para ejercer la mendicidad", asuntos todos que serán incorporados en el informe monográfico en el que la Alta Institución trabaja

desde 2010 y que se presentará en las Cortes a finales de este año.

### *Protección a las víctimas*

La Defensora ha destacado la "necesidad de que se identifique el problema" para lo que reivindica que "con urgencia" se mejore la formación en las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado a fin de que no "se escapen" sin tener protección personas víctimas de trata por tratarse de inmigrantes en situación irregular. No obstante, ha reconocido que la principal labor de las fuerzas policiales es luchar contra la delincuencia y, sin embargo, en el ámbito de la extranjería "pasan mucho tiempo custodiando personas que no han cometido delito sino una falta administrativa".

Además, ha indicado que en tiempos de crisis se les está pidiendo que se enfrenten "a una nueva realidad" y sean capaces de identificar a las víctimas de trata, lo que "quizá sea pedir demasiado".

### *Equipos multidisciplinares*

Es por ello que la Alta Institución defiende la creación de "equipos multidisciplinares" que sean capaces de identificar a las potenciales víctimas de las redes de trata para poder prestarles la asistencia necesaria, así como reclama "cursos en la policía por parte de psicólogos y la intervención no sólo de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad, sino también de personas que tengan otro tipo de conocimientos".

Efectivamente, el enfoque y el rol policial es uno de los elementos cuestionados por las organizaciones que trabajan en nuestro país en la erradicación de la trata y en la protección de las víctimas. Enfoque de Derechos humanos Las organizaciones siempre han defendido que el trabajo con las víctimas de la trata, se realice no sólo desde el punto de vista policial, sino que priorice un punto de vista social y de derechos humanos.

"Entendemos que las unidades policiales deben ser especializadas en la identificación de las víctimas, porque en la práctica estamos asistiendo a un conflicto de intereses entre la protección de

los derechos frente a la persecución de la inmigración irregular”, aseguran las organizaciones, muchas de ellas integrantes de la Red Española contra la Trata, que proponen que la función de identificación esté separada en dos unidades distintas frente a la de persecución de la inmigración irregular.

En cuanto al conocido periodo de reflexión, para las organizaciones, es importante que al enfoque policial se añada la participación de las entidades sociales y se contemplen factores como el estado de salud, la situación económica y social que vive la víctima. “Nos preocupa que en cuanto a la finalidad del periodo de restablecimiento y reflexión no se priorice la dimensión de protección a la víctima, en coherencia con lo previsto en el Convenio del Consejo de Europa firmado y ratificado por España”, afirma Marta González, del Proyecto Esperanza.

“Fundamentalmente, el periodo de restablecimiento y reflexión tiene que servir a facilitar la recuperación física, psicológica y emocional de una víctima de trata, permitirle escapar física y psicológicamente de la influencia de los tratantes y tomar una decisión meditada y sopesada sobre si colaborar o no con las autoridades en la

investigación y persecución de los autores del delito” insisten desde el Foro.

### *Víctimas invisibles de una crisis global*

Las personas especialistas coinciden: para erradicar todas las formas de explotación sexual es necesario hacerlo desde un enfoque de derechos humanos, y reivindicar un reparto igualitario de los recursos económicos y el poder entre hombres y mujeres. La trata y la explotación sexual es también expresión de la crisis global que atraviesa el planeta y de la feminización de la pobreza. Situaciones de vulnerabilidad, pobreza y de riesgo de exclusión social dan a los explotadores la oportunidad de captación de las mujeres. Víctimas invisibles con grandes impedimentos para escapar, denunciar y recibir el apoyo necesario ante las situaciones de violencia en las que viven.

La Defensora del Pueblo, en el marco de la elaboración del informe que presentará al parlamento, se está reuniendo hoy con distintas organizaciones sindicatos, ACNUR, la Oficina de Asilo y Refugio, la Policía Nacional o la Guardia Civil, la Red Española contra la trata entre otras.

Fonte: <http://www.elmercuriodigital.net/2011/05/un-tercio-de-mujeres-explotadas.html> - 10.05.2011

## **Trafican al año hasta 2 millones de mujeres**

*La ONU destaca la discriminación y violencia contra ese sector*

Entre 700 mil y dos millones de mujeres y niñas son traficadas cada año a través de fronteras internacionales, la mayoría de ellas con la intención de ser vendidas y explotadas sexualmente, informó ayer la ONU.

“Las cifras estimadas (de tráfico de mujeres) guardan una distancia muy amplia entre ellas, porque resulta muy complicado calcular un comercio ilegal y subterráneo”, afirmó Silvia Pimentel, directora del Comité para la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra las Mujeres (CEDAW).

Pimentel estuvo acompañada por Rashida Manjoo, relatora especial de la ONU sobre la Violencia contra la Mujer, quien ayer presentó su reporte a la Asamblea General de la ONU, basado en sus visitas a tres países: Argelia, Estados Unidos y Zambia.

En una conferencia de prensa en la sede de la ONU, la directora del CEDAW exhortó a los gobiernos del mundo no sólo a aprobar leyes que

protejan los derechos de las mujeres y eliminen la discriminación de género, sino a implementarlas a fondo.

Aunque destacó que se han hecho algunos progresos en la promoción y respeto de los derechos de la mujer, Pimentel precisó que son insuficientes. “Muchos Estados revocan la legislación discriminatoria y ponen en marcha leyes de igualdad, pero todavía quedan muchos desafíos con respecto a su entrada en vigor”, señaló.

Asimismo, resaltó el aumento de la participación de las mujeres en política, así como en las instituciones educativas y en cuanto acceso al empleo, incluso en profesiones que tradicionalmente son ocupadas por hombres, pero destacó el problema de los salarios.

“Igual pago por igual trabajo sigue siendo un objetivo difícil de alcanzar para las mujeres trabajadoras en comparación con los hombres”, señaló.

Expresó que sigue siendo preocupante la escasa representación femenina en los puestos de mayor relevancia en los ámbitos público y privado. Según CEDAW, sólo uno de cada seis funcionarios de gobierno de nivel ministerial en el mundo es mujer. Asimismo, tan solo 13 de las 500 empresas más grandes del mundo tienen una directora ejecutiva del sexo femenino.

También se refirió a que la “violencia contra las mujeres, en particular la violencia sexual, existe y se incrementa en muchas partes del mundo”, al tiempo que pidió la erradicación de prácticas como la mutilación genital femenina y reducir el impacto de los conflictos entre mujeres y niñas.

#### *Un problema “omnipresente”*

Por su parte, Manjoo dijo que la violencia contra las mujeres es un problema “omnipresente, extendido e inaceptable”, y recordó a los Estados su obligación de cumplir la legislación internacional y proteger a las mujeres.

En su informe, se indica que las distintas formas de agresiones contra la población femenina son a la

vez causa y consecuencia de la discriminación, la desigualdad y la opresión.

En su investigación sobre Estados Unidos, la experta indicó que “entre las mujeres inmigrantes existe una mayor prevalencia de malos tratos debido a su limitado acceso a servicios jurídicos”.

Indicó también que muchas mujeres que viven con estadounidenses evitan solicitar ayuda de las autoridades en caso de sufrir violencia por miedo a ser deportadas. Asimismo, Rashida Manjoo estableció que “a menudo los agresores no inician el procedimiento de solicitud de la residencia permanente para su pareja o cónyuge extranjera a fin de mantener su autoridad y control sobre esas mujeres”.

“La lucha por los derechos humanos de la mujer permanece como un desafío colectivo en el que se debe adoptar una acción también colectiva” añadió la experta. Pidió que los países investiguen y castiguen a los autores de actos violentos contra las féminas, que brinden protección a las mujeres y que les suministren remedios y reparaciones a las víctimas.

Fonte: <http://www.eluniversal.com.mx/internacional/74664.html> - 11.10



## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA